REVISTA IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO VIII - NÚMERO 36 - BIMESTRAL - 2012
www.ibefrio.org.br

Ministro Garibaldi Alves Filho e a previdência sustentável.

Edison Garcia, presidente da AMEC fala dos acionistas minoritários.

Superintendente da BrasilPrev e a saída para o apagão de talentos.

Pedro Dutra escreve sobre a desídia regulatória e a crise de 2008.

Lei Rouanet faz 20 anos com R$ 9,1 bilhões investidos na cultura.

IBEF
Rio de Janeiro

www.pwc.com/br

( ) Oportunidade
( ) Crescimento
( ) Consultoria da PwC
(X) Todas as alternativas

Para nós, antes de agir, ousar e crescer é preciso planejar. Por isso, com proximidade e troca vamos analisar juntos todas as possibilidades para, na hora de dar o próximo passo, você dar o passo certo. Você diz o que é valor para você, a PwC ajuda você a chegar lá.

Siga-nos no Twitter @PwCBrasil e facebook.com/PwCBrasil.

pwc

© 2011 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, “PwC” refere-se a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda.,

ageisobar

firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, constituindo-se cada firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited pessoa jurídica separada e independente.

Índice

Editorial - Marcos Varejão 03

Nacional - Renato Vale e Arthur Piotto do Grupo CCR.....04

Opinião - Ministro Garibaldi Alves Filho - Previdência sustentável.....10

Opinião - Cristiano Gaspar Machado - O mercado imobiliário brasileiro e o Rio de Janeiro.....12

Nacional - Equilibrista IBEF ano 2011.....15

Opinião - Mauro E. Guadagnoli de Souza - O que devemos fazer com o apagão de talentos 17

Nacional - Vida financeira mais saudável.....20

Opinião - Juan Quirós - Sustentabilidade faz bem para o planeta e o bolso.....21

Opinião - Edison Garcia da AMEC - Minoria: o ativismo regenera o passado.....22

Day Trade - Coluna de informação.....24

Opinião - Pedro Dutra - Desídia regulatória e a crise de 2008.....27

Opinião - Rosangela Coelho - Sustentabilidade é um dos pilares de negócio da Embraco.....28

Opinião - Fermín Vazquez - A pressa pode ser amiga da perfeição.....30

Opinião - Britaldo Soares - Energia de fonte alternativa: modelo alternativo de leilão..... 32

Opinião - Sandra Franco e Nina Neubarth - Os princípios e os desmandos da Administração Pública.... 34

Opinião - José Haddad - Responsabilidade social corporativa: uma questão de valores..... 36

Nacional - Instituto Ethos e a sugestão da lei de corrupção para pessoa jurídica..... 37

Nacional - Eugenia Regina de Melo - Desenvolvimento sustentável e o financiamento bancário.....38

Internacional - O Brasil, a APEX e o Oriente Médio..... 40

Estante - Coluna sobre publicações editoriais..... 41

Opinião - Rosiene Assunção, Neila Baldi e Marcelo Lucena - Lei Rouanet faz 20 anos.....42

Opinião - Caroline Zimmer - Diferenças de depreciação de novas regras contábeis.....44

Jurisprudência - José Oliveira de Resene - Pedido de marca no INPI: direitos garantidos?.....46

Opinião - Maurício Girardello, da PwC - Menos tempo, mais ação.....48

Editorial

A segurança no Rio.

"A criminalidade no Rio de Janeiro despencou – Globo 18/01/12". No início do primeiro mandato do governador Sergio Cabral quando foi lançada sua política de segurança pública e balas perdidas lamentavelmente acertavam inocentes, muitos foram os críticos e incrédulos de que um dia teríamos essa manchete em um jornal carioca. No dia 14 de agosto de 2007, no momento de total descrédito de enfrentamento ao crime proposto pelo governador, o **IBEF Rio** realizou um ato de apoio a política de segurança pública que se iniciava. Percebemos naquela época a coragem política do governador e entendemos que esse era o único caminho a ser percorrido para se devolver a cidadania perdida de milhões de pessoas desta cidade. O trabalho sério e competente liderado pelo Secretário José Mariano Beltrame começa a colher frutos e como ele sempre diz: "ainda estamos no começo, não podemos parar". A boa notícia é que tende a melhorar ainda mais. Segundo informações do Instituto de Segurança Pública (ISP), os números correspondentes a violência no estado caíram significativamente, cumprindo, inclusive a meta estipulada pela Secretaria.

Eventos

14 AGOSTO

Dezoito associações e entidades da sociedade organizada apoiam o governador Sérgio Cabral e os secretários Luiz Fernando Corrêa e José Mariano Beltrame

Ele também informou que conseguiu incluir nos três anos de implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) investimentos da ordem de R$ 1,5 bilhão em urbanização para algumas das grandes favelas do Rio. "Serão R$ 450 milhões no Complexo do Alemão, R$ 300 milhões no Complexo de Manguinhos, mais de R$ 200 milhões no Complexo da Rocinha e mais de R$ 100 milhões para Pavão-Pavãozinho, e outras áreas favelados na cidade. Isso significará uma mudança absoluta", disse.

O encontro foi prestigiado por representantes de 18 entidades como a Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro (Abae)/ Isbert)), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro (ABIHRJ), a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), a Câmara Brasil-Alemanha (AHK), a Câmara de Comércio Americana (Amcham), a Associação Nacional dos Corretoras das Entidades de Previdência (Anapp), Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (Apimec), Câmara Britânica (Britcham), Câmara de Comércio França – Brasil, Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização (IBCO), Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Câmara de Comércio Internacional (ICC), Associação Brasileira de Telecomunicações (Telecom), Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval).

No almoço-palestra promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, destacou para o empresariado fluminense a importância da integração com os demais entes federativos e do apoio do governo federal para enfrentar a criminalidade no estado. "A criminalidade é uma anomalia que não é a marca do Rio. Não temos que tolerar essa situação que herdamos, fruto do populismo e da incapacidade de conter um crescimento desorganizado de políticas públicas anteriores, que permitiram a instalação desse poder paralelo nas comunidades faveladas", afirmou.

Segundo Cabral, a política de confronto e as operações nas comunidades vão continuar, apesar de representar um trauma para a população que vive nessas áreas. "É melhor isso do que deixar as comunidades no domínio dessa gente", frisou.

Cabral disse ainda que junto à ação policial, o Estado vai promover em parceria com o governo federal mudança nas comunidades, com urbanização e oferta de serviços. "A solução para as favelas do Rio de Janeiro também passa por um choque de urbanização, é uma visão de acessibilidade. O plano é acabar com a morfologia da favela que é favorável a desorganização e ajuda a fortalecer a presença do poder paralelo, distanciando a cidade legal dessas regiões", disse o governador.

JOSÉ MARIAN

Luiz Fernando Corrêa, Sérgio Cabral e Mariano Beltrame juntos contra o crime organizado

De acordo com o estudo realizado, entre os meses de janeiro a outubro de 2011, se comparado ao mesmo período do ano anterior, o índice de letalidade violenta caiu 13,7%, de roubo de veículo 9,2% e o de roubo de rua 15%. Outra boa notícia foi o aumento registrado do índice de prisões (17,5%) e apreensão de drogas (16,3%).

Sem dúvida, podemos atribuir o resultado positivo à política de combate a violência aplicada com vigor no último ano pelo Governo do Estado. As ações conjuntas com a Secretaria de Segurança, instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas grandes comunidades, a integração com órgãos da prefeitura e o apoio do governo federal foram primordiais para alcançar as metas impostas. Além disso, o policiamento efetivo feito pelos batalhões da PM e pelas delegacias que pertencem às áreas integradas de segurança pública também contribuiu com o resultado.

Por tudo, quero manifestar nossos elogios ao Governador Sérgio Cabral e a todos os envolvidos no combate a criminalidade. Que as metas estipuladas para 2012 tenham sucesso assim como aconteceu no ano passado. Estamos acompanhando com entusiasmo diariamente as ações realizadas por meio dos diversos veículos de comunicação e, melhor ainda, ao caminhar pelas ruas da cidade, agora dignas desta cidade maravilhosa.

Marcos Chouin Varejão

Foto: Digna Imagem – Clóvis Ferreira

Renato Vale, presidente do Grupo CCR e Arthur Piotto, diretor financeiro e RI do Grupo CCR.

Entrevistamos Arthur Piotto, diretor-financeiro e de Relações com Investidores

Revista IBEF - Qual a história da empresa?

A CCR, uma das maiores empresas de concessão de infraestrutura da América Latina, foi criada em 1998 e controla oito concessionárias de rodovias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. O Grupo CCR também atua em negócios correlatos, tendo participação de 38,25% na STP, que opera o serviço de cobrança automática de pedágios e estacionamentos, e de 45% no capital social da Controlar, concessionária que realiza o programa de inspeção veicular da Cidade de São Paulo.

Além disso, o Grupo CCR está presente no segmento de transporte de passageiros com a Linha 4-Amarela do metrô de São Paulo, por meio da Concessionária ViaQuatro, com participação de 58% no capital social da empresa.

Revista IBEF - O grupo CCR controla oito concessionárias de rodovias: CCR Ponte (RJ), CCR NovaDutra (SP-RJ), CCR ViaLagos (RJ), CCR RodoNorte (PR), CCR AutoBAn (SP), CCR ViaOeste (SP), CCR RodoAnel (SP) e CCR SPVias. Qual a participação da companhia em cada uma delas?

A CCR é responsável atualmente por 2.437 quilômetros de rodovias sob a gestão das concessionárias CCR Ponte (100%), CCR NovaDutra (100%), CCR ViaLagos (100%), CCR RodoNorte (86%), CCR AutoBAn (100%), CCR ViaOeste (100%), CCR RodoAnel (95%), CCR SPVias (100%) e Renovias, da qual tem participação de 40%.

Revista IBEF - A CCR foi a pioneira no ingresso ao Novo Mercado da Bovespa. Poderia nos contar como foi esse ingresso e quais são os números neste segmento?

O mercado de capitais faz parte da plataforma de crescimento e consolidação da companhia. Em fevereiro de 2002, a CCR ingressou no Novo Mercado da BM&FBovespa, estreando o segmento mais exigente da Bolsa. Importante ressaltar que vivíamos uma época de grande turbulência nos mercados, com o 11 de setembro e as eleições presidenciais no Brasil.

Felizmente, nosso planejamento estava correto e os resultados mostraram que seguimos o caminho correto. Hoje, mais de 120 empresas fazem parte do Novo Mercado, que completará 10 anos de seu primeiro IPO agora em fevereiro. Saber que demos a nossa contribuição para o desenvolvimento do Novo Mercado e, consequentemente, para a evolução da governança corporativa no Brasil é algo que nos orgulha muito.

Revista IBEF - Quais foram os investimentos realizados pelo Grupo CCR no ano de 2011 e as principais obras realizadas?

Entre janeiro e setembro de 2011, o montante aplicado pelo Grupo CCR nas rodovias, no metrô e na inspeção ambiental veicular chegou a R$ 536,5 milhões.

A concessionária CCR AutoBAn investiu, principalmente, na restauração do pavimento da Rodovia dos Bandeirantes. A CCR NovaDutra teve como investimento principal a recuperação e ampliação de pontes, viadutos, além de faixas adicionais. A concessionária CCR ViaOeste aplicou recursos na ampliação das marginais da Rodovia Raposo Tavares e a CCR RodoAnel em intervenções no pavimento. Já os investimentos da ViaQuatro foram decorrentes da aquisição dos trens e sistemas para a operação da Linha 4-Amarela.

Revista IBEF - Quais as ações programadas da empresa para o ano de 2012?

A participação em licitações e a aquisição de empresas são alguns dos pilares para o crescimento qualificado da CCR. Por isso, a análise dessas oportunidades é uma prática constante. Esperamos que 2012, pela proximidade com Copa do Mundo e Olimpíada, seja um ano próspero em oportunidades de investimento para o Grupo CCR nos setores em que atuamos, casos de concessão de rodovias, de aeroportos, transporte de passageiros e inspeção ambiental veicular.

Revista IBEF - Diante de um cenário econômico crescente, quais as perspectivas da Companhia?

A CCR espera dar prosseguimento ao seu ritmo de crescimento qualificado, aproveitando-se do bom momento da economia nacional e também de olho nas oportunidades que podem surgir em seus segmentos de atuação, seja por meio de licitações ou pelo mercado secundário, como fizemos em 2010 ao fechar a aquisição da concessionária SPVias.

A companhia também teve sua entrada no segmento de infraestrutura aeroportuária aprovada por seus acionistas em AGE realizada no dia 16 de janeiro. A decisão habilita a CCR a disputar futuras oportunidades nesse setor no Brasil e no Exterior.

Além de aprovar a entrada no setor, a assembléia também confirmou a aquisição de participação acionária nos aeroportos internacionais do Equador, da Costa Rica e de Curaçao, que pertenciam aos acionistas controladores da CCR, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

Para que a análise da CCR nesse segmento fosse feita de forma transparente, a companhia tomou todas as medidas previstas pelas melhores práticas do Novo Mercado da BM&FBovespa e da Comissão de Valores Mobiliários. A empresa instituiu um Comitê Independente, responsável pela análise da potencial aquisição destes ativos, em alinhamento com a Instrução nº 35, da CVM. Este comitê teve a função de garantir um processo justo para todos os acionistas da CCR.

Os valores finais da negociação com os acionistas vendedores foram inferiores à mediana da recomendação que consta no relatório do Comitê Independente, demonstrando a adequação da aquisição para todos os acionistas.

Com base nas recomendações do relatório do Comitê Independente e o bom resultado da negociação com os acionistas vendedores, o Conselho de Administração da CCR decidiu convocar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para análise e aprovação do complemento do objeto social da CCR, incluindo a exploração de infraestrutura aeroportuária, e da aquisição da participação acionária dos aeroportos internacionais do Equador, da Costa Rica e de Curaçao.

Dessa forma e em linha com as melhores práticas de transparência e governança corporativa, os acionistas vendedores desses ativos declararam-se impedidos de exercer direito de voto na AGE.

O segmento aeroportuário se caracteriza por sua abrangência global, com empresas privadas gerindo alguns dos aeroportos presentes nas principais cidades do mundo. Para a CCR, entrar nesse setor significa uma oportunidade de diversificação, bem como viabiliza a sua internacionalização, a partir de projetos consolidados, com receitas totais estimadas em mais de US$ 180 milhões. Com a aquisição desses ativos, a CCR entende que se posicionará estrategicamente no setor aeroportuário, alcançando, de imediato, um diferencial nesse mercado.

Revista IBEF - A participação da iniciativa privada é fundamental para o desenvolvimento de nosso país e contribuirá para que seja um sucesso a realização da Copa e Olimpíadas no Brasil. Qual a participação do Grupo para o alcance deste objetivo?

A CCR espera contribuir com investimentos em infraestrutura dentro de nossos setores de atuação. Quando analisamos possíveis investimentos, levamos em conta se eles serão interessantes para as cidades após estes eventos. Um exemplo desta atuação é o Estado do Rio de Janeiro, onde inauguramos um escritório comercial para monitorar oportunidades de investimento. Em pouco tempo, já tivemos o primeiro resultado. A prefeitura do Rio de Janeiro autorizou que a CCR inicie os estudos técnicos necessários para a viabilização de

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO
Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000
Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO
Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002
São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

Av. Brasil, 1.030 Jardim América CEP 01430-000 São Paulo SP Brasil
Tel +55 (11) 3069 4300 | Fax +55 (11) 3069 4301

designground

uma concessão ou parceria público-privada para a implementação de um sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) entre o centro da cidade e a região portuária.

A empresa arcará com os custos destes estudos, que tem o acompanhamento de um grupo de trabalho formado pela prefeitura. Caso a administração pública decida pela realização de um processo licitatório público para exploração do empreendimento, a CCR terá o direito de participar da licitação e de ser ressarcida pelos custos dos estudos técnicos, caso algum outro grupo vença o processo.

Revista IBEF - O Rodoanel Mario Covas representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo e a CCR é a responsável pela administração de seus 32 quilômetros do trecho oeste. Fale-nos sobre a concessionária RodoAnel.

A concessionária CCR RodoAnel é a empresa responsável pela administração dos 32 quilômetros do trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, importante via que integra as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos e prevê investimentos de R$ 465 milhões na via.

O Rodoanel marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R$ 2 bilhões, o Estado conseguiu os recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, importante eixo para o escoamento da produção agrícola e industrial da Região Oeste em direção ao Porto de Santos.

Revista IBEF - A Linha 4 do Metrô de São Paulo, com previsão de término total para 2014, é administrada pela empresa ViaQuatro, pertencente ao grupo CCR. Qual a representatividade desta conquista para a Companhia? Poderia nos falar também quais os planos para essa linha?

Além da atuação no setor de concessão de rodovias, faz parte da estratégia de crescimento da companhia a diversificação de seu portfólio. A conquista desta concessão marcou o ingresso da CCR no setor metroferroviário e reforçou nosso pioneirismo, ao assinarmos o primeiro contrato de PPP do país.

Estamos muito satisfeitos com a operação desta linha, que teve início com as estações Paulista e Faria Lima em maio de 2010 e teve sua primeira fase concluída em 2011. Hoje, já alcançamos a marca de 540 mil usuários transportados diariamente, melhorando o transporte público em São Paulo e oferecendo mais qualidade de vida a milhares de paulistanos.

Revista IBEF - Quais as principais conquistas da companhia?

Em 2011, pelo segundo ano consecutivo, recebemos o IBTTA Awards, premiação da maior associação internacional de concessionárias de rodovias. Desta vez, na categoria Administração pela criação do Programa de Desenvolvimento de Lideranças do Grupo CCR. O principal objetivo do programa é desenvolver os líderes nas competências do Grupo CCR, por meio de um processo alinhado às definições empresariais básicas, aos desafios estratégicos, ao modelo de gestão, à ideologia central e às ferramentas de gestão da empresa.

Além disso, a boa gestão de nossas rodovias foi reconhecida novamente pelo Guia Quatro Rodas. Das dez melhores rodovias apontadas pelo guia, quatro são administradas pelo Grupo CCR. Além da Bandeirantes (eleita a melhor do País), apareceram na lista a Castello Branco (SP-280), na quarta colocação, e a Anhanguera (SP-330), em décimo

"No fim de 2011, a CCR voltou a fazer parte do ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, indicador composto por ações de empresas que apresentam alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa. "

lugar. A Rodovia Adhemar de Barros, administrada pela Renovias (concessionária em que a CCR detém 40% do capital social), manteve a quinta colocação. Nos rankings por região, a Rodovia do Café (BR-277/BR-376) e a rodovia que liga Ponta Grossa e Piraí do Sul (PR-151), administradas pela CCR RodoNorte, também estão novamente entre as cinco melhores da região Sul.

Na pesquisa anual realizada pela Confederação Nacional do Transporte, a Rodovia Castello Branco (SP-280), administrada pela CCR ViaOeste e CCR SPVias, foi eleita a melhor do País, assim como em 2010. A Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), da CCR AutoBAn, aparece na segunda posição do ranking. Em sexto lugar, destaque para a mesma concessionária, dessa vez, com a Rodovia Anhanguera (SP-330).

Além das boas classificações no ranking das 10 melhores do País, todas as rodovias administradas pela CCR tiveram resultados muito positivos e receberam entre ótimo e bom em todas as categorias.

Outra grande conquista da CCR em 2011 foi a negociação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a realização de novas obras na Rodovia dos Lagos, a redução na tarifa de pedágio e a renovação do contrato de concessão com a CCR ViaLagos por mais 15 anos.

Revista IBEF - Quais os investimentos e ações da companhia na área de sustentabilidade?

Empresa socialmente responsável, o Grupo CCR investe fortemente no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atua. São projetos culturais, sociais, esportivos e de meio ambiente que beneficiam usuários, comunidades e a população em geral. Em 2010, o investimento social privado do Grupo CCR totalizou R$ 12,5 milhões e beneficiou diretamente mais de 750 mil pessoas.

Esses recursos viabilizaram a expansão do Programa Estrada para a Cidadania, mais um ano do programa Estrada para a Saúde, o apoio aos projetos esportivos voltados à popularização do esporte como instrumento de inclusão social e os projetos culturais Cine Tela Brasil, Circo Roda e Festa do Teatro.

No fim de 2011, a CCR voltou a fazer parte do ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, indicador composto por ações de empresas que apresentam alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade e governança corporativa.

Voltar à carteira do ISE é motivo de muito orgulho para a CCR e o reconhecimento pelo trabalho que vimos desenvolvendo mais fortemente nos últimos anos. Reforça o nosso comprometimento com a Sustentabilidade e mostra que o tema faz parte do dia a dia da empresa desde a criação da CCR, que inaugurou o Novo Mercado da BM&FBovespa, comprometendo-se com as mais rígidas práticas de governança corporativa.

Previdência sustentável.

*Garibaldi Alves Filho**

Neste momento de grave crise internacional o Brasil se coloca como um oásis no vendaval que fustiga as grandes potências mundiais.

Embora tenha reduzido o crescimento em 2011, o Brasil vive um momento especial e tem oportunidades para continuar sua rota de desenvolvimento. Não obstante, precisa superar obstáculos internos e driblar as crises internacionais.

Para prosseguir nessa trajetória, preservando as conquistas alcançadas, é necessário aprofundar as reformas que ainda são necessárias para que se complete o ciclo do desenvolvimento que todos almejam.

O desenvolvimento que desejamos deve ser fruto de uma construção que elimine injustiças e equilibre a distribuição das riquezas e benefícios. Nesse sentido, o foco das ações de Estado deve se voltar para o bem-estar da coletividade. E só com reformas de fundo responderemos aos imensos desafios que temos que superar.

Integra o ciclo das mudanças mais urgentes a necessária Reforma da Previdência. Este é um dos problemas que não foi resolvido de forma estrutural. A Previdência precisa eliminar os seus déficits para contribuir com o equilíbrio do orçamento, permitindo que o governo possa aplicar, sem restrições, naquilo que é necessário fazer: infraestrutura, educação de qualidade, saúde e segurança, por exemplo.

Estamos acelerando uma etapa no longo processo de discussão em torno do sistema de previdência que o país deve ter. O mundo todo está fazendo isto. Aqui como nas nações mais desenvolvidas não há como sustentar a previdência sem levar em consideração o expressivo aumento da expectativa de vida das pessoas.

Existem no Brasil dois regimes de previdência. O Regime Geral, que engloba todos os trabalhadores urbanos e rurais, com cerca de 24,6 milhões de beneficiários. E o Regime Próprio, que trata do funcionalismo, com cerca de 3, 4 milhões de inativos e pensionistas da União, dos estados e municípios.

Lamentavelmente, nos dois regimes o déficit só tem aumentado. No Regime Geral, por exemplo, o déficit é da ordem de 1,2% do PIB, ou seja, cerca de R$ 42,9 bilhões. E a situação é ainda mais grave no Regime Próprio da União, com 949,8 mil inativos e pensionistas e um déficit de R$ 51,2 bilhões.

Estudos da Previdência indicam que a tendência de aumento do déficit é alarmante, colocando em risco as futuras aposentadorias dos trabalhadores públicos e privados. Estamos, portanto, no limite para fazê-la.

Existem propostas que estão em debate no Congresso e no Poder Executivo. O governo está fazendo sua parte, apresentou para as centrais sindicais e está discutindo com os parlamentares projetos para uma reforma abrangente que atualize os dois regimes previdenciários.

De fato. Assim como o governo da presidente Dilma Rousseff e o Congresso, a sociedade também está madura quanto à necessidade de reduzir o déficit da Previdência. E não por acaso, a Comissão de Trabalho, Administração Pública e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que cria o Fundo Único do Funcionalismo do Executivo, Legislativo e Judiciário, encaminhado para o Parlamento ainda no governo Lula, em 2007.

Numa decisão muito acertada, a presidente Dilma Rousseff determinou às lideranças do Congresso Nacional que aprovem esse projeto em regime de urgência até o próximo dia 18 de novembro. Se não for aprovado até esta data, o projeto passará a trancar a pauta de votações da Câmara dos Deputados.

Esse projeto, que irá desonerar os dispêndios da Previdência Pública, não vai ferir direitos adquiridos, pois ele estabelece que as novas regras vigorarão apenas para os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência da nova lei. Os servidores que estiverem desempenhando suas funções poderão voluntariamente, se transferir do regime atual para o novo. Depois de aprovado na Câmara o projeto ainda será apreciado pelo Senado.

Com a criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUMPRESP), os servidores contratados a partir da sanção da nova lei perderão o direito à aposentadoria integral. Seus direitos previdenciários serão regulados pelo Regime Geral da Previdência, como todo trabalhador. Mas contarão com o complemento da aposentadoria que receberão do Fundo de Previdência Complementar. Com isso daremos um passo importante para a construção de uma previdência sustentável que garanta uma aposentadoria digna para as gerações de hoje e de amanhã.

**** Ministro da Previdência.***

O mercado imobiliário brasileiro e a participação do Rio de Janeiro.

*Cristiano Gaspar Machado**

É notório que nos últimos 5 anos o mercado imobiliário brasileiro cresceu de forma impressionante. A partir de 2006, passamos a ter uma visão mais abrangente e detalhada do mercado imobiliário em função da abertura de capital de diversas empresas, e o acompanhamento do desempenho do setor, com base na divulgação de resultados dessas organizações. Nesse período, as empresas que abriram capital mais que dobraram suas vendas contratadas. Nos primeiros nove meses de 2011, os três principais mercados do país - São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal - aumentaram a oferta de novas unidades em 28%, sendo que no Rio essa elevação foi de 29%.

Dentre os principais fatores para essa expansão imobiliária, o aumento de renda em todas as faixas da população e a disponibilidade de crédito merece destaque. O aumento da renda fez com que mais de 20 milhões de pessoas ingressassem nas classes A, B e C e são esperadas para os próximos 20 anos a inclusão de mais 20 milhões. No que diz respeito à disponibilidade de crédito, os números também impressionam.

A principal fonte de recursos do mercado imobiliário no Brasil é a poupança, com 65% do seu saldo aplicado destinado ao setor imobiliário. O valor financiado via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) passou

terminais marítimos

Operamos dois terminas adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o Terminal de Contêineres MultiRio e o Terminal de Veículos MultiCar, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro

portos secos

Localizados estrategicamente nas cidades do Rio de Janeiro, Resende e Juiz de Fora, recebemos carga importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros

terminais aeroportuários*

Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o Aeroporto Regional da Zona da Mata está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros

logística integrada

Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, oferecemos soluções customizadas de logística integrada

Usando tecnologia de ponta como: SAP R/3, Navis SPARCS e também software proprietário, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.

*Totalmente operacional até Junho 2011

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405
Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600
Fax +55 21 2262-9486

contato@multiterminais.com.br
www.multiterminais.com.br

"O mercado brasileiro também está longe de ter uma "bolha imobiliária", como ocorreu nos EUA nos últimos anos. Aqui o cenário é outro. Lá, grande parte do mercado estava focada em comprar para investir, nosso mercado é basicamente composto por pessoas em busca de moradia."

de R$ 18 bilhões, em 2007, para R$ 56 bilhões em 2010, uma elevação 3 vezes superior em três anos. Esse aumento no volume de financiamentos veio acompanhado da ampliação de prazos. Enquanto em 2007 o prazo era de 10 a 15 anos, em 2011 ele atingiu 25 anos em média.

Nas principais economias mundiais, além dos recursos específicos para o setor, existe o mercado de títulos lastreados em recebíveis imobiliários, que no Brasil são denominados CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários). Esta alternativa ainda está em sua fase inicial no Brasil, mas os progressos já são visíveis. Só nos primeiros dez meses de 2011 foram emitidos CRI em valores que suplantaram em mais de 50% o total emitido em 2010. A expectativa é que o mercado de Certificados de Recebíveis Imobiliários continue em alta, alavancado pelo cenário de redução na taxa de juros do país, o que aumenta a atratividade desse tipo de investimento, uma vez que o CRI é isento de imposto de renda para pessoas físicas.

Olhando para o futuro, a expectativa é de que o mercado continue com boa demanda em 2012. Uma barreira para este crescimento seria o aumento nas taxas de desemprego, o que felizmente não é a realidade atual no Brasil.

O mercado brasileiro também está longe de ter uma "bolha imobiliária", como ocorreu nos EUA nos últimos anos. Aqui o cenário é outro. Lá, grande parte do mercado estava focada em comprar para investir, nosso mercado é basicamente composto por pessoas em busca de moradia. E a grande prova disso é o fato de as maiores valorizações imobiliárias ocorrerem em áreas onde existe um desequilíbrio entre oferta e demanda. Na Zona Sul do Rio de Janeiro, por exemplo, onde a oferta é muito baixa pela falta de terrenos disponíveis, o preço dos imóveis cresceu enormemente. Já a valorização em bairros que ainda possuem muito espaço, como o Recreio, foi moderada. De forma generalizada, a valorização será cada vez maior em regiões onde não há oferta de imóveis.

Em termos de apostas para investimentos, podemos citar as lajes corporativas, um mercado que deve continuar superaquecido, em razão da grande procura. Grandes empresas precisam de espaços maiores e a vacância no Rio de Janeiro está abaixo dos 4%, o que é um índice muito reduzido. O Rio também irá se beneficiar dos grandes investimentos em infraestrutura feitos para a Copa do Mundo e Olimpíadas.

Nos últimos anos o mercado imobiliário tem apresentado um movimento de crescimento saudável, que deve continuar beneficiando clientes, empresas e cidades, e o Rio de Janeiro certamente participará com destaque desse processo.

** CFO da Brookfield Incorporações S.A.*

IBEF-Rio elege Edson de Godoy Bueno, presidente e fundador da Amil como "Executivo do Ano de 2011"

Reconhecido pela comunidade de negócios como a mais importante homenagem prestada aos executivos no Brasil, o prêmio "O Equilibrista" foi entregue em cerimônia no Jockey Club Brasileiro.

Edson de Godoy Bueno, fundador da Amil e presidente do conselho da Amil Participações (Amilpar) foi eleito o Executivo do Ano de 2011 pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF-Rio). A cerimônia de premiação aconteceu dia 25 de janeiro no Jockey Club Brasileiro, no centro do Rio de Janeiro, com a presença de aproximadamente 400 convidados.

O prêmio troféu "O Equilibrista" é reconhecido como o "Oscar" do setor pelos executivos de finanças no Brasil, por homenagear personalidades que se destacaram em meio a suas realizações ao longo de suas carreiras e atividades exercidas no período do último ano. A eleição que define "o executivo do ano" é realizada pelo Conselho Diretor do IBEF, com base na indicação de seus associados, que apontam os cinco executivos candidatos ao prêmio.

Por meio da entrega deste troféu ao profissional escolhido, o IBEF homenageia também a empresa de origem do agraciado que permitiu um ambiente propício as suas realizações e a toda sua equipe de colaboradores, reconhecendo em cada um a coragem, a objetividade, à racionalidade, o equilíbrio, enfim as virtudes que completam o perfil do executivo representado pela escultura.

O Equilibrista de 2011, Edson de Godoy Bueno, paulista de Guarantã, pequena cidade localizada no interior do Estado, formou-se em Cirurgia Geral em 1971 pela antiga Faculdade Nacional de Medicina da Praia Vermelha, Estado

"Por meio da entrega deste troféu ao profissional escolhido, o IBEF homenageia também a empresa de origem do agraciado."

do Rio de Janeiro. Pós Graduado pela PUC-Rio e Harvard Business School é atualmente o maior empresário da área da saúde, a frente da empresa que fundou, a Amil Assistência Médica.

Durante o evento, Edson Bueno falou sobre a compra do Hospital Samaritano do Rio e investimentos de R$ 450 milhões em 2012 na expansão de sua rede de hospitais e no pagamento de aquisições realizadas recentemente. Entre as prioridades, destacou a construção do Hospital das Américas, na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade.

Grandes nomes do meio empresarial já foram agraciados com a premiação, entre eles:
Almir Barbassa, diretor financeiro da Petrobras (2010); Fabio Barbosa, diretor executivo financeiro da Vale (2009); Maria das Graças Foster, diretora de Gás e Energia da Petrobras (2008) e Eike Batista, presidente da EBX (2007).

SOBRE O TROFÉU

Para homenagear o Executivo do Ano, foi criado em 1985 o troféu "O Equilibrista", escultura do artista plástico Osni Branco que simboliza o perfil de um verdadeiro executivo. Os braços estendidos, com as mãos abertas, têm a forma do ideograma chinês que significa amigo. O pé esquerdo, dando o primeiro passo, revela a intuição do profissional em perceber com nitidez que caminhos seguir. O equilibrista solitário sobre a roda significa que, embora conte com a colaboração de uma equipe, o executivo está sempre só na hora de tomar grandes decisões, responsabilizando-se pelo sucesso ou fracasso de toda estrutura.

Premiados com o troféu "O Equilibrista":

2011 - Edson de Godoy Bueno
2010 - Almir Barbassa
2009 - Fabio Barbosa
2008 - Maria das Graças Foster
2007 - Eike Batista
2006 – José Luiz Alquérez
2005 - Roberto Pinheiro Dias Garcia
2004 - José Sérgio Gabrielli de Azevedo
2003 - André Esteves
2002 - João Carlos de Luca
2001 - Nilton Molina
2000 - Márcio Fortes
1999 - Ary da Silva Graça Filho
1998 - Concetto Mazzarella
1997 - Fernando Pinto
1996 - Orlando Galvão Filho
1995 - Mizael Mattos Vaz
1994 - Tomas Zinner
1993 - Felix de Bulhões
1992 - Francisco Gros
1991 - Theóphilo de Azevedo Santos
1990 - Wilson Nélio Brumer
1989 - Roberto Prisco Paraíso
1988 - Roberto Bar
1987 - Julio Isnard
1985 - Oscar Lemi Apocalypse

O que devemos fazer com o apagão de talentos.

*Mauro E. Guadagnoli de Sousa**

O que mais ouvimos ultimamente é que a economia brasileira está aquecida. Assim, o Brasil, antes país do futuro, agora é a nação do presente. Números não faltam para ratificar essa afirmação. Alguns exemplos: de acordo com o Banco Central, acabamos de superar a marca dos US$ 330 bilhões em reservas e os depósitos compulsórios estão em torno de R$ 400 bilhões; segundo o índice IPC Maps, da empresa IPC Market e que é utilizado para medir o potencial do consumo nacional, o poder aquisitivo do brasileiro atingirá R$ 2,452 trilhões ao final de 2011, R$ 250 bilhões a mais que 2010.

As notícias foram boas também no passado recente, cujas perspectivas sorriem. A descoberta das reservas do Pré-Sal, segundo estudo encomendado pela Agência Nacional do Petróleo, conta com 20 bilhões de barris, podendo levar o país para a autossuficiência. E a proximidade de dois grandes eventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, lançarão ainda mais holofotes sobre o Brasil.

Outro indicativo são as taxas de emprego, que se mantêm estáveis, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo divulgação do órgão, feita há alguns dias, a taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do país

ficou em 5,8% em outubro (em setembro foi de 6,0%), e o número de trabalhadores com carteira assinada chegou a 11,1 milhões em outubro de 2011, 7,4% maior que o registrado no mesmo mês de 2010.

Mas nem tudo são flores. Há uma questão que preocupa os empresários e executivos nacionais e, por conseguinte, reflete em todas as pessoas, sejam as que buscam uma recolocação ou mesmo as que se encontram empregadas: a falta de mão de obra especializada. Pesquisa publicada no site da BBC no final de 2010 (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100521_pesquisa_maodeobra_mapower_rw.shtml) apontava que os empresários brasileiros têm dificuldades de encontrar profissionais aptos para as vagas abertas. Segundo o levantamento, a falta de mão de obra qualificada atinge 2/3 dos empregadores no Brasil, ou seja, 64% dos nossos empresários têm dificuldades de encontrar profissionais aptos para as vagas.

Outro estudo, feito pelo Grupo Vistage Brasil entre os dias 14 de abril e 5 de maio, reforçou o anterior, pois apontou que 86% dos executivos têm problemas para encontrar profissionais qualificados. O que mais chama a atenção é que esta dificuldade não é para preencher vagas nos altos escalões; é para ocupar quadros de pessoas com formação superior (65%) e formação técnica (60%).

Juntando-se o crescimento brasileiro à questão do apagão de talentos, tem-se como resultado um fato que interessa – e preocupa – tanto empregadores quanto empregados: a retenção e atração de talentos, que tornam-se itens estratégicos para as companhias que precisam se manter competitivas.

Um dos modos mais eficazes de a empresa reduzir e até anular o fenômeno do apagão de talentos é oferecer um pacote atrativo de benefícios, algo que vá além do salário, do vale-refeição e do plano de saúde, já que seguro de vida, décimo quarto e quinto salários, planos de previdência privada, entre outros, podem ajudar a manter as melhores cabeças nos quadros. Outro instrumento importante é oferecer um ambiente no qual eles se sintam motivados a aprender e superar limites, abraçando projetos desafiadores.

Qualquer bom gestor sabe os desafios que envolvem a busca por um funcionário com as condições ideais para uma determinada função e, depois que os encontra, todos os esforços que são feitos para treinar e capacitá-lo, alinhá-lo à cultura da empresa e prepará-lo para crescer. Da mesma forma, esse mesmo gestor sabe o quão doloroso é perder – muitas vezes para a concorrência – aquele profissional que fora lapidado de acordo com as necessidades e exigências da companhia. Perdê-lo em tais condições não é o que 10 em cada 10 empresas querem.

Assim, é preciso que os empresários, executivos e gestores brasileiros reflitam em um fato que, dadas as boas notícias descritas acima, parece inevitável: as centenas de milhares de corporações brasileiras deverão abrir milhares de vagas (um fenômeno que na verdade já está em pleno curso nas corporações) e embora todos os anos aumente o número de pessoas no mercado de trabalho, a busca de boa parte dos talentos ocorre justamente nas empresas que forjaram os melhores profissionais.

** Superintendente comercial da Brasilprev Seguros e Previdência S.A.*

agência mood3

Imagens meramente ilustrativas.

Ao abrir o capital, há 10 anos, a CCR mais uma vez abria novos caminhos.

O maior desafio dos pioneiros é ter a coragem para dar o primeiro passo. E a CCR deu esse passo em 2002, quando marcou o mercado brasileiro de ações, ao ser a primeira empresa a ingressar no Novo Mercado da BM&FBovespa, seguindo as mais rígidas regras de governança corporativa, transparência e ética. A abertura de capital impulsionou tanto a CCR quanto o Novo Mercado, que se consolidou como referência das bolsas de valores em âmbitos nacional e internacional. Com seu pioneirismo, a CCR desbravou um novo caminho. Quem acreditou chegou lá.

CCR 10 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

CCR. É POR AQUI QUE A GENTE CHEGA LÁ.

CCR

Ponte NovaDutra ViaLagos RodoNorte AutoBAn ViaOeste RodoAnel Renovias ViaQuatro STP Controlar Actua Engelog EngelogTec SPVias

www.grupoccr.com.br

Vida financeira mais saudável.

Toda vez que um ano recomeça, algumas metas são estipuladas, seja na vida pessoal, amorosa ou financeira – este último, conter gastos e projetar planos para o futuro são clássicas. Em 2012 – pelo menos na área financeira – suas chances de crescimento são grandes, graças ao ambiente favorecido da economia, que vai de vento em popa.

O Brasil tornou-se a sexta maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França. De acordo com um estudo do Centro de Pesquisa para Economia e Negócios (CEBR, em inglês), uma empresa de consultoria britânica, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil superou, no final de 2011, o inglês em cerca de US$ 37 bilhões. Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o Brasil tende a consolidar essa posição porque o país continuará com um ritmo de crescimento maior do que outros países, devido à crise que afeta, principalmente, as economias avançadas. "Os países que mais vão crescer são os emergentes como o Brasil, a China, a Índia e a Rússia. Dessa maneira, essa posição vai ser consolidada e a tendência é de que o Brasil se mantenha entre as maiores economias do mundo nos próximos anos e em condições, inclusive, de continuar ultrapassando outros países europeus, que vão continuar em marcha lenta", avaliou o ministro.

DISCIPLINA E PERSEVERANÇA

Para alcançar a estabilidade financeira tão sonhada, é necessário mais do que um ambiente econômico saudável. É preciso esforço e dedicação. Abaixo, algumas metas estipuladas por consultores financeiros:

POUPE

Se seu objetivo é ser milionário mesmo sem herança ou sorte, este é o momento ideal. Segundo uma pesquisa realizada pelo banco Credit Suisse, o número de cidadãos com mais de R$ 1 milhão de patrimônio vai pular de 319 mil para 815 mil no país em 2016. Como? Segundo especialistas, se economizar R$ 300,00 mensais, com rentabilidade líquida de 1%, em 30 anos você será um milionário.

CARTÃO DE CRÉDITO

O cartão de crédito é o maior vilão da saúde financeira brasileira, dando as mãos para os empréstimos bancários – o primeiro cobra cerca de 240% de juros ao ano e o segundo, em torno de 200% ao ano. Por isso, não pague somente o mínimo do cartão. A dica é, se não conseguir pagar o valor da fatura total, renegociar com os intermediários financeiros é a melhor saída.

PLANILHA DE ORÇAMENTO

A dica parece frágil, mas, segundo especialistas, é a melhor maneira de evitar surpresas no fim do mês. Além disso, ajuda a controlar os gastos.

Sustentabilidade faz bem para o planeta e o bolso.

*Juan Quirós**

A cerca de sete meses da realização da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, é fundamental que governos e a sociedade mobilizem-se e se debrucem sobre o tema, considerando ser o evento uma grande oportunidade de se conter a tempo as consequências do efeito estufa, resgatar a qualidade ambiental e equacionar o abastecimento de água e a segurança alimentar. A humanidade está atrasada na agenda de sua sobrevivência, considerados os pífios resultados de iniciativas como o Tratado de Quioto e a Agenda 21, documento basilar da Rio 92.

Em todo esse contexto, é fundamental o engajamento das empresas, que, independentemente das decisões governamentais, podem fazer muito. Felizmente, observa-se no universo corporativo dos mercados emergentes que cresce o número de organizações preocupadas com a questão e que muitas delas estão se beneficiando de iniciativas que aliam progresso ao desenvolvimento sustentável, mantendo práticas ambientais sensatas e crescimento social e econômico responsável.

Em nosso país, o conceito emergiu com força na década de 1990. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), 46% das empresas entrevistadas afirmam que têm políticas de sustentabilidade e 37% possuem um departamento específico dedicado ao assunto. Contudo, os números mostram que o conceito ainda não está devidamente incorporado na totalidade das organizações: é estratégico para 32%, pontual para 30%, informal para 23%, existente, mas não aplicado em 11% e inexistente em 4%. Como se observa, temos muito a avançar.

Uma contribuição relevante no sentido de sensibilizar as empresas e a sociedade quanto à importância das práticas sustentáveis é a disseminação ampla de suas vantagens. Exemplos inequívocos desses benefícios encontram-se nas chamadas construções sustentáveis, caracterizadas pela presença de painéis de energia solar; captação da chuva, dispositivo de redução do consumo e reúso da água; utilização de materiais novos recicláveis, que possam ser usados nas reformas; fonte de energia eólica; filtros e sensores de dióxido de carbono, melhorando a qualidade do ar interno; aproveitamento de ventilação e iluminação naturais; paisagismo com espécies nativas; e mínima ocupação do solo, favorecendo a permeabilidade.

Edificações com tais características propiciam economia de 30% de energia e até 50% de água, além de redução de até 60% na geração de resíduos sólidos e 35% de dióxido de carbono. Além dos benefícios ambientais e impactos positivos na qualidade da vida dos funcionários das empresas ou moradores de edifícios residenciais, esses avanços na concepção arquitetônica fazem muito bem ao bolso dos proprietários. No caso de prédios comerciais, obtem-se, em média, acréscimo de 10% a 20% por metro quadrado no aluguel e 3,5% na ocupação. No caso de prédios residenciais, é de 14% a sobrevalorização.

O avanço dos conceitos de sustentabilidade na arquitetura e construção suscita enormes oportunidades no tocante ao desenvolvimento de produtos, materiais, serviços e tecnologia. Implica, porém, os desafios de estimular todo esse movimento nos sistemas produtivos e incentivar a pesquisa e inovação. O compromisso com a sustentabilidade não pode mais ser adiado. Se na Rio 92 a situação do planeta era de alerta, na Rio+20, é de emergência. Mais do que nunca, as empresas devem ser agentes de desenvolvimento e o poder público, instrumento de transformação.

** Presidente do Grupo Advento e vice da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base).*

Minoria: o ativismo regenera o passado.

*Edison Garcia**

Muitos têm sido os esforços para capacitar o cidadão brasileiro e transformá-lo em investidor do mercado de ações. A expectativa é que seja um acionista diligente, consciente de seus direitos e deveres e, em especial, crédulo de que o mercado de capitais é um veículo seguro para investir sua poupança familiar.

Os anos 60 e 70 se caracterizaram pelo incentivo do governo federal para que o cidadão investisse em ações. Foram criados os Fundos 157 e muitos aderiram ao chamado. A frustração foi geral e o investidor se afastou com a queda vertiginosa do preço e da liquidez dos papéis.

A criação da CVM e a edição da Lei das SAs em 76 foram medidas governamentais objetivando aprimorar e desenvolver o mercado acionário.

Em 2000, surge o movimento de fortalecimento do mercado de capitais, encampado por diversas entidades. Havia o desinteresse dos investidores na aquisição de ações de companhias abertas. Esse clima deu espaço para que práticas de governança corporativa e a concessão de direitos a acionistas minoritários servissem como bálsamo reparador dessa letargia social. Estimular a migração da poupança constituída na caderneta de poupança e nos investimentos de renda fixa era um dos objetivos. Abrir nossas fronteiras aos investidores estrangeiros foi a missão de vários "Road shows" realizados pelo mundo.

Os ganhos obtidos pelos trabalhadores que usaram recursos do FGTS para a compra de ações da Petrobras e da Vale, bem como o "boom" dos IPOs ocorridos após a alteração da Lei 6404/76 em 2001 e da criação do Novo Mercado na Bovespa trouxeram de volta o apetite do cidadão brasileiro para investir no mercado acionário. A redução da remuneração obtida no mercado de renda fixa estimulava o investidor a correr o risco da renda variável, mesmo sendo um mercado composto majoritariamente por empresas controladas por holdings familiares e por entes governamentais.

Os investidores estrangeiros acreditaram e atingiram participação média de 40% do mercado bursátil brasileiro. O Brasil hoje é outro país, se comparado com as décadas dessa história recente.

Entretanto, a família brasileira ainda não foi aculturada e educada adequadamente para investir no mercado de ações. Talvez muitos digam que sim devido ao esforço na criação de cursos de treinamento. Foi instituído pelo governo federal o ENEF – Estratégia Nacional da Educação Financeira, coordenado pela CVM, Banco Central, Previc, Susep e entidades associativas. Como resultado desse esforço de venda a Bolsa de Valores experimentou crescimento considerável na participação de pessoas físicas. Mas as assembleias de acionistas nas companhias ainda apresentam elevado índice de absenteísmo.

O investimento profissional, liderado por investidores qualificados, tem sido o mais importante agente catalisador do desenvolvimento do mercado acionário e da adoção das práticas de governança corporativa no Brasil.

Emitir ações em bolsa em busca de novos "sócios" significa atualmente passar a conviver com acionistas minoritários qualificados e ciosos da transparência e do respeito a direitos e boas práticas de governança corporativa. O engajamento dos acionistas na defesa dos interesses sociais da companhia é fundamental para agregar valor e perenidade aos negócios.

Talvez o cidadão comum, o profissional liberal ou o trabalhador da fábrica não estejam capacitados o suficiente para entender as complexas demonstrações financeiras ou tenham acesso aos relatórios dos analistas, mas saberão identificar o prejuízo se suas ações perderem valor. Talvez a frustração seja irremediável.

E há no mercado muitas ações perdendo valor, não só como resultado dos problemas exógenos ao país, como as crises americanas e europeias. Também perdem valor com o efeito colateral das operações de incorporação, fechamentos de capital e reestruturações de bloco de controle permeadas pela desconfiança de existência de ilegalidades e pelo descumprimento das boas práticas de governança corporativa. Também perde valor o patrimônio do tra-

balhador - daquele do FGTS - pela sua diluição e queda do preço da ação da companhia que patrocinou apoteótica e midiática capitalização com ativos virtuais e precificados à revelia da opinião dos acionistas minoritários.

Mas o mercado brasileiro resiste forte e ainda goza de grande credibilidade perante investidores minoritários, sejam nacionais ou estrangeiros. Sei que andam desconfiados, mas ainda acreditam na segurança de nosso mercado. Mas é prudente não abusar.

O ativismo e o engajamento de acionistas minoritários são crescentes, apesar de ainda muito estigmatizados. Os minoritários nem sempre são bem-vindos, apesar de que foram convidados para ser "sócios". Entretanto, são tratados com desconfiança e reserva.

É inegável que a participação ativa de investidores institucionais ou qualificados, alinhados com os interesses sociais da companhia e em boa sintonia com a administração só agregam valor. Valor à companhia e ao mercado acionário.

O gestor de recursos de terceiros tem tido fundamental importância na manutenção da vigilância em operações cursadas contra os interesses dos minoritários. Com isso cumpre seu dever de fidúcia para com o investidor do fundo. Mas também tem o compromisso de atuar com o dever de lealdade para com a companhia investida. É necessário conciliar os deveres e temperar a atuação na medida certa, considerando a legalidade, as boas práticas e a ética.

Muitas foram as conquistas. O cidadão brasileiro amadureceu e hoje se preocupa com sua poupança e aposentadoria. Muitos na renda fixa, outros com suas carteiras de ações e milhares nos fundos. Cada um com seu perfil e experiência. Todos preocupados em manter a estabilidade econômica e a melhoria da qualidade de vida. Não se deve abalar sua confiança se não quisermos reviver a frustração dos anos 70.

**** Advogado e presidente da AMEC.***

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

DÓLARES

O Brasil e o Rio de Janeiro andam altos nas apostas de investimentos estrangeiros para o ano de 2012. Executivos do Eximbank virão em março ao Rio oferecer US$ 1 bilhão em projetos, oferecidos pelo USCS - Serviço Comercial Americano. No caso da China, ela já avisou que está em busca de novos mercados e a América Latina aparece no topo da lista. De janeiro a dezembro de 2011, a corrente de comércio Brasil x China chegou a US$ 76 bilhões. Em 2012 esses valores vão aumentar, lembrando que a China é o principal comprador do Brasil e o seu segundo fornecedor.

CENTRO TECNOLÓGICO

A HP e a Microsoft firmaram parceria no intuito de equipar com o que há de mais moderno no novo Centro de Tecnologia Microsoft (MTC – Microsoft Technology Center). Estão sendo integrados ao data center do MTC diversos equipamentos das linhas de servidores blade, storage, networking e produtividade para o ambiente corporativo (notebooks e workstations). "Fazer parte do MTC é fundamental para que os clientes identifiquem os benefícios de nossa parceria com a Microsoft, além de permitir que eles experimentem as soluções desenvolvidas em conjunto pelas empresas", afirma Maurizio Niccolai, gerente de alianças da HP para o Brasil. Há cerca de um ano e meio, HP e Microsoft anunciaram investimentos globais de US$ 250 milhões para o desenvolvimento de soluções em parceria com o objetivo de otimizar a produtividade e a tomada de decisão no ambiente corporativo.

NARA LEÃO

O novo site da inesquecível Nara Leão já está no ar. Músicas, fotografias, álbuns e a história da musa da bossa nova podem ser vistas em www.naraleao.com.br.

BRITISH PETROLEUM

Uma das maiores empresas de energia do mundo, a BP está presente no Brasil na exploração e produção de petróleo, biocombustíveis, lubrificantes e distribuição de combustíveis de aviação. Em seu último relatório anual "Energy Outlook" (Perspectivas da Energia) constatou que a demanda mundial por energia deve crescer quase 40% em 2030, impulsionada pelo crescimento econômico e populacional das economias emergentes. Segundo o documento, "a demanda global de energia deve crescer 39% até 2030, ou 1.6% anualmente, quase inteiramente em países que não são da OCDE". Além disso, mostrou um quadro de desaceleração da demanda nas 34 principais nações industrializadas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e um rápido crescimento em outros lugares.

TOM JOBIM

A música segundo Tom Jobim. O extraordinário universo da música de Tom Jobim não cabe em palavras. Foi com essa idéia em mente e a sensibilidade aguçada que o diretor Nelson Pereira dos Santos, ao lado de Dora Jobim, se dispôs a encarar o desafio de desvendar em filme a trajetória musical do grande compositor brasileiro, autor de uma obra eterna, de alcance internacional. Escolheram o caminho sensorial da imagem e do som para exibir o trabalho do músico considerado, ao lado de Heitor Villa Lobos, um dos maiores expoentes de todos os tempos da música brasileira. Filme imperdível e histórico, que deve ser visto logo por todos no cinema ou em casa.

BB E EUROBANK

Em comunicado recente, o Banco do Brasil concluiu o processo de aquisição do Eurobank, anunciada em abril de 2011 pela instituição. O Eurobank é um banco com sede na Flórida e conta atualmente com três agências em funcionamento nas regiões de Coral Gables, Pompano Beach e Boca Raton. Com o pagamento integral do valor da aquisição, de US$ 6 milhões, e com a transferência dos certificados de 100% das ações, o Banco do Brasil torna-se o único acionista, assumindo o seu controle. As autorizações para a aquisição foram concedidas pelos órgãos reguladores envolvidos, nos Estados Unidos e no Brasil, após observados todos os trâmites regulamentares exigidos nos dois países. Segundo informações do banco brasileiro, "a aquisição do EuroBank contribuirá para a expansão dos negócios do Banco do Brasil nos EUA e lhe permitirá atuar de forma mais abrangente no mercado de varejo norte-americano. O EuroBank busca agora ampliar e direcionar os seus serviços prioritariamente às comunidades brasileiras, latinas e hispânicas, estando aberto também aos demais públicos".

ONE FORD

A Ford está comemorando o sucesso na América do Sul com seu utilitário esportivo compacto: o EcoSport. Segundo comunicado da empresa, a versão original definiu o segmento e vendeu mais de 700 mil unidades na América do Sul, colocando as operações de desenvolvimento do produto no centro da cena mundial. Com a nova geração do utilitário, cuja estreia aconteceu em janeiro último, a Ford espera alcançar os grandes mercados emergentes globais e também o crescente papel que a área de desenvolvimento do produto vem ganhando dentro do plano global de produtos One Ford. "O novo EcoSport mostra para o mundo a competência do design e da engenharia da Ford na América do Sul", diz Marcos de Oliveira, presidente da Ford Brasil e Mercosul. "No modelo de nova geração, aprimoramos a proposta do EcoSport para atender cerca de 100 mercados globais, além da América Latina. Ele é um símbolo do avanço e da excelência da região como centro de design e desenvolvimento de produtos de classe mundial".

FITTIPALDI E MIAMI

Emerson Fittipaldi está apostando um novo negócio, agora em Miami: a Elements Service, um concierge, em sociedade com o advogado americano Peter J. Yanowitch e o empresário alemão Bernard Bohn. A Elements Service é um desses serviços de private concierge que oferece uma variada plataforma de atuação. Do aluguel de uma Ferrari ou de um iate para um final de semana a um passeio pela França, de uma multa por excesso de velocidade à organização de uma festa, da recomendação de um bom pediatra à programação ideal para as crianças - possibilitando aos seus membros adaptar-se a Miami com a tranquilidade que merecem.

DISNEY NO RIO

Considerado por especialistas como uma das melhores alternativas para aproveitar, no futuro, os investimentos realizados em infraestrutura no Rio de Janeiro para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, o parque de diversões da Disney na cidade vem conquistando ainda mais seguidores. Em recente livro publicado "Rio – A Hora da Virada", o economista e diretor do BNDES, Fábio Giambiagi, e o engenheiro Lucas Ferraz, criador do site Clube Brasileiro de Montanhas-Russas, mostram que a Rio-Disney é um sonho viável e que o projeto poderia ser uma "peça-chave na manutenção do turismo gerado pelos eventos esportivos nos próximos anos". Também afirmaram no artigo que os parques de Orlando estão buscando novos horizontes, em novas terras. A Universal Studios já abriu parques no Japão (2001) Cingapura e Dubai (2010) e está construindo um complexo na Coreia do Sul, que está orçado em US$ 2,7 bilhões e deve ser inaugurado em 2014.

XEROX

Ricardo Karbage é o novo presidente da Xerox do Brasil, uma das mais importantes subsidiárias da Xerox Corporation. Ao longo de mais de 20 anos de carreira na Xerox, Karbage atuou em diferentes atividades comerciais, de marketing e gestão até integrar o comitê executivo da operação brasileira como diretor executivo de Marketing e posteriormente diretor executivo para sistemas de produção gráfica e impressão de grande porte, e diretor executivo de serviços. Depois de atuar por dois anos como presidente da Xerox Chile, Ricardo Karbage volta ao Brasil com o desafio de inaugurar uma nova etapa na trajetória de crescimento da operação brasileira. O executivo será responsável pela gestão da estratégia da empresa e suas unidades de negócio em todo o território nacional, supervisão da operação comercial para todo o portfólio de produtos e serviços, marketing, suporte e relações com clientes da subsidiária brasileira. A companhia é hoje uma das principais subsidiárias entre os 140 países das Américas do Sul e Latina, Caribe, Oriente Médio, África, Europa Central e Leste Europeu, Eurásia, Rússia e Índia, que compõem o bloco geográfico dos países em desenvolvimento.

ARGO NO BRASIL

O Grupo Argo, com sede nas Bermudas e atuação nos mercados seguradores americano e europeu, está se preparando para iniciar sua operação no Brasil. A empresa será uma seguradora e oferecerá produtos e serviços para empresas de todos os portes, com especial foco nas médias. "Queremos ser reconhecidos como uma seguradora diferenciada, inovadora, especializada nos segmentos de mercado que definimos como foco. Nosso portfólio de produtos será bastante completo, incluindo Transportes, Patrimoniais, Engenharia, Garantia, Responsabilidade Civil, D&O e E&O, dentre outros. Buscaremos uma atuação muito próxima a clientes e parceiros de negócios, para entender suas necessidades e viabilizar as soluções que melhor os atendam , sempre privilegiando construir relações de longo prazo", declarou Pedro Purm, CEO da empresa, que destacou o alto nível dos profissionais que compõe a equipe da empresa no Brasil. "São profissionais jovens e experientes, reconhecidos no mercado e plenamente engajados no projeto de construção de uma seguradora diferenciada".

100 ANOS DE UNIVERSAL

A Universal completará seu aniversário de 100 anos em 2012 e comemorará o centenário com um ano inteiro de celebrações, honrando a rica história dos estúdios no cinema e de seu legado cultural. A campanha inspira-se na extraordinária e diversificada biblioteca de filmes da Universal - da qual serão destacadas diversas obras ao longo do ano - e foi projetada para envolver os fãs de todas as idades na arte do cinema. As atividades incluem a restauração de filmes, apresentação de novo logotipo, ofertas exclusivas de DVDs e Blu-rays, celebrações nos parques temáticos, eventos especiais e extensa campanha nas mídias sociais. Este último já disponível: fãs e entusiastas de filmes podem acessar o site oficial do Centenário http://Universal100th.com, elaborado pela Universal Studios (conteúdo em inglês), dedicado aos 100 anos da Universal. O site e uma série de plataformas de mídia social irão trazer

"vida online" ao centenário. A Universal Studios o compartilhará o conteúdo de arquivos em seu novo Blog (Universal100.tumblr.com); fãs de clássicos da Universal no Facebook internacional encontrarão oportunidades especiais, exclusivas e através de suas páginas favoritas, entre outros.

Desídia regulatória e a crise de 2008.

*Pedro Dutra**

Pode-se traçar uma linha: uma crise regulatória alimenta ou gera uma crise financeira, que poderá gerar uma crise econômica. Qual teria sido a falha regulatória (ou o conjunto delas) verificada na crise econômica global de 2008? Para alguns a falha teria ocorrido na falta de regulação e autoregulação do mercado financeiro norte-americano nos últimos anos, o que não é exato, ao meu ver. Verificou-se uma expressiva renúncia regulatória, senão uma desídia regulatória, por parte das autoridades daquele mercado financeiro. Quais seriam as razões dessa renúncia regulatória?

Dentre muitas, eu apontaria duas. A primeira foi uma frouxidão no controle da expansão do crédito por parte do Banco Central norte-americano, com reduções constantes das taxas de juros, o que acarretou uma forte e desordenada expansão de crédito. Com a economia crescendo, diziam os defensores da renúncia regulatória, o mercado se acomodaria – se autoregularia - porque havia, inclusive, novos instrumentos de cessões múltiplas de crédito, os derivativos, concebidos para dissipar riscos, que em tais momentos sempre crescem. Criou-se, assim, um clima de repulsa à regulação, arguindo-se, no lugar desta, as virtudes e a eficiência da autoregulação, quando criou-se quase um mercado livre – o anátema do capitalismo moderno (ao contrário do livre mercado, este devidamente regulado, na forma da Lei) porque sempre leva ao abuso do poder econômico e à uma inevitável crise.

A outra razão a influir na disseminação e na prática da renúncia regulatória foi a posição do Partido Republicano norte-americano, de defesa extremada de uma menor intervenção do Estado na economia, sob o argumento, forte no governo Bush, de que o Estado onera a atividade privada indevidamente e, por isso, sua intervenção deve ser restrita. A essa linha somou-se uma posição passiva em face das relações em conflito de interesses e de clara indisposição quanto à publicidade dos atos dos reguladores, duas práticas fatais à efetiva função regulatória.

O Brasil escapou à essa crise regulatória, mas duas das muitas lições dela devem ser observadas e sempre aperfeiçoadas pelas autoridades. A primeira, a independência do regulador em relação ao mercado sob sua jurisdição e, também, ao governo. A segunda, agir com a maior transparência possível, exibindo à sociedade a independência técnica da sua ação. Estas medidas estão na base da efetiva ação preventiva das autoridades financeiras.

** Advogado.*

Sustentabilidade é um dos pilares de negócio da Embraco.

*Rosangela Coelho**

Um dos pilares de negócio de nossa empresa, a Sustentabilidade representa o nosso compromisso com o equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Para minimizar os impactos de nossa atividade, buscamos reduzir o consumo de matérias-primas, água e energia, estimular boas práticas por parte de nossos fornecedores e contribuir com o desenvolvimento das comunidades próximas às nossas unidades no Brasil, na Europa, na China, no México e nos Estados Unidos.

Nossa principal vocação é a eficiência energética. Uma busca contínua nos produtos e processos. Somos referência mundial no desenvolvimento de soluções que atendem às normas internacionais mais restritivas em relação ao consumo de energia. O principal produto de alta eficiência energética é o compressor Embraco VCC, capaz de reduzir o consumo de energia de refrigeradores em até 40%. Somos líderes mundiais nesse segmento.

Nos processos, economizamos, em 2010, energia suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 150 mil habitantes por um mês. Em todas as unidades no mundo, foram mais de 32 milhões de kWh economizados.

Uma característica marcante na história de nossa organização é o pioneirismo no desenvol-

A sustentabilidade do negócio do ponto de vista econômico, social e ambiental é fator essencial para mantermos a liderança e continuarmos a crescer.

vimento de tecnologias revolucionárias e que ajudam o meio ambiente. O desenvolvimento do microcompressor é uma delas. Seu tamanho, pouco maior do que uma caneta, oferece novas oportunidades para o negócio de refrigeração e reduz o consumo de matérias-primas.

Temos estado à frente, também, no lançamento de produtos compatíveis com gases refrigerantes mais avançados ambientalmente e, recentemente, anunciamos o desenvolvimento de um compressor para refrigeradores que dispensa o uso de óleo lubrificante. Sua ausência evita danos à natureza no caso de um eventual descarte incorreto do produto.

Nossa preocupação com a sustentabilidade vai além dos processos internos. Em 2011, reformulamos os critérios globais de aprovação de novos fornecedores de materiais diretos, intensificando os requisitos ligados à sustentabilidade. As novas certificações passaram a depender do atendimento a um conjunto de 13 itens ligados à sustentabilidade, contra três até então exigidos. Já nas comunidades onde estamos presentes, desenvolvemos projetos com crianças e adolescentes nas áreas de educação, saúde e meio ambiente.

Nenhuma empresa pode deixar para trás a preocupação com a sustentabilidade. Nós, como líderes mundiais no mercado de compressores herméticos para refrigeração, a consideramos pilar de negócio e temos o desafio de influenciar o mercado no qual atuamos. Códigos de ética, de conduta e o relatório de sustentabilidade são alguns dos documentos que explicitam nossas políticas e podem ser acessados a qualquer momento em nosso site: www.embraco.com.br.

A sustentabilidade do negócio do ponto de vista econômico, social e ambiental é fator essencial para mantermos a liderança e continuarmos a crescer. Nossos produtos chegam a 80 países e a capacidade produtiva supera 30 milhões de unidades ao ano. Oferecemos soluções que se diferenciam pela inovação e pelo baixo consumo de energia e que são fruto do talento e de nossos 10 mil funcionários que trabalham nas fábricas e escritórios localizados no Brasil (a sede fica em Joinville-SC), na China, Itália, Eslováquia, México e Estados Unidos.

**** Diretora corporativa de comunicação e sustentabilidade da Embraco.***

A pressa pode ser amiga da perfeição.

*Fermín Vázquez**

Desde criança, muito antes de imaginar que seguiria a profissão, tinha uma ideia mítica e heroica dos arquitetos brasileiros. Era a consequência inevitável da ressonância do projeto de Brasília em todo o mundo, especialmente na Espanha dos anos 60, onde a épica fundação de uma cidade criava grandes expectativas.

Isso influenciou decididamente minha vocação e foi marcante entre os estudantes da Escola de Arquitetura de Madrid, que passavam todo dia em frente da elegantíssima e fascinante abstração da "Casa do Brasil", na Cidade Universitária, magnífico projeto de Alfonso d´Escragnolle Filho. É fácil imaginar, portanto, o quanto tem sido apaixonante trabalhar no Brasil nos últimos anos.

A presente conjuntura brasileira contrasta com a estagnação da Europa em quase todos os aspectos do progresso e não só em atividade econômica. Contudo, esse Brasil em pleno avanço pode extrair muitas lições dos acertos e, acima de tudo, dos erros cometidos nos anos de crescimento econômico excepcional no Velho Continente e, em particular, na Espanha.

Uma analogia importante refere-se à Copa do Mundo de 2014 e à Olimpíada de 2016: o aproveitamento de grandes eventos esportivos como oportunidade para empreender profundas transformações urbanas tem sido, junto com a utilização de grandes projetos arquitetônicos, catalisadores icônicos de desenvolvimento e posicionamento das cidades, o núcleo de muitas histórias de sucesso na Espanha desde os Jogos Olímpicos de 1992 e, especialmente, nos últimos anos da bolha imobiliária.

O exemplo de Bilbao, com um projeto para o novo museu Guggenheim, é talvez o mais conhecido quanto à capacidade que pode ter um edifício emblemático para situar uma cidade no mapa e contribuir para a mudança de seu modelo urbano. O mesmo se aplica a Oviedo, com seu novo museu e centro cultural, com a assinatura de Oscar Niemeyer. Entretanto, nem sempre observa-se êxito. São abundantes os casos de desperdício sem retorno e da evidente falta de critério e estratégia.

"Acho que o caso positivo mais instrutivo é o de Barcelona e da sua aposta na planificada transformação estratégica e de qualidade. A palavra urbanismo nasceu com o trabalho de Cerdá para a primeira expansão (Eixample) da cidade, onde a insistência na qualidade tem sido promovida e apoiada nas últimas décadas pela administração pública e a sociedade."

Na Espanha produziu-se, nesses anos, uma arquitetura brilhante, objeto de atenção internacional, que chegou a merecer uma exposição no MOMA de Nova Iorque. Entretanto, construíram-se também edifícios caríssimos, verdadeiros "fogos de artifício" arquitetônicos, cujos únicos beneficiados foram os políticos e empresários sem verdadeira cultura ou sensibilidade, cuja única motivação tem sido sua projeção pessoal ou lucro. Nada mais longe da verdadeira qualidade arquitetônica.

Acho que o caso positivo mais instrutivo é o de Barcelona e da sua aposta na planificada transformação estratégica e de qualidade. A palavra urbanismo nasceu com o trabalho de Cerdá para a primeira expansão (Eixample) da cidade, onde a insistência na qualidade tem sido promovida e apoiada nas últimas décadas pela administração pública e a sociedade.

As escalas dos desafios das cidades brasileiras e de Barcelona são, evidentemente, diferentes e não se deve subestimar a dificuldade de resolver o premente problema da habitação e de serviços urbanos. Não obstante, acredito que seja um bom momento para defender a qualidade material e conceitual da arquitetura e dourbanismo no Brasil. Sei que a palavra qualidade pode parecer ambígua e difícil de precisar para algo aparentemente subjetivo como a arquitetura e o desenho urbano. Uma comparação com a indústria facilita a compreensão: numa fábrica, não aplicar controles nos processos pode conduzir a defeitos cujos custos derivados são muito superiores aos de um monitoramento adequado. O mesmo vale para cidades e edifícios.

Em algumas conversas com Jaime Lerner – com quem tive o privilégio de trabalhar nos últimos anos, colaborando no projeto para a revitalização do Cais Mauá de Porto Alegre –, ouvi a sua opinião de que a pressa é amiga da perfeição, no sentido de que quanto antes se puder terminar algo, mais rapidamente se poderá corrigir, se necessário. É verdade que muitas vezes a aspiração a um projeto melhor pode converter-se em desculpa para a inação.

No caso do Brasil, acredito ser importante evitar que a pressão da demanda relativa às obras para a Copa do Mundo seja pretexto para projetos medíocres e obras mal construídas. Em 2014, os brasileiros compartilharão com numerosos visitantes estrangeiros partes significativas de seus municípios. Não há muito mais tempo, mas se combinarmos o entusiasmo, a extraordinária capacidade profissional existente no país e a melhor arquitetura, as cidades serão uma grande vitrine para o mundo. Ademais, ficará estabelecido um referencial físico de qualidade urbana para um futuro melhor.

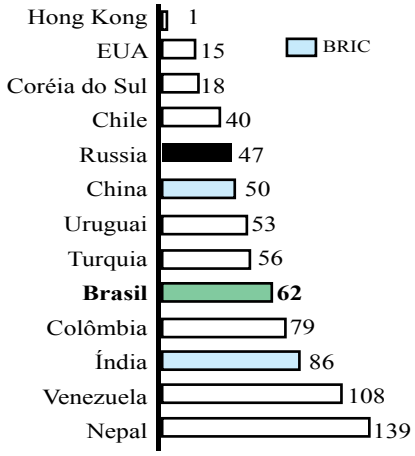
** Diretor do b720 Fermín Vázquez Arquitetos.*

Energia de fonte alternativa; modelo alternativo de leilão.

*Britaldo Soares**

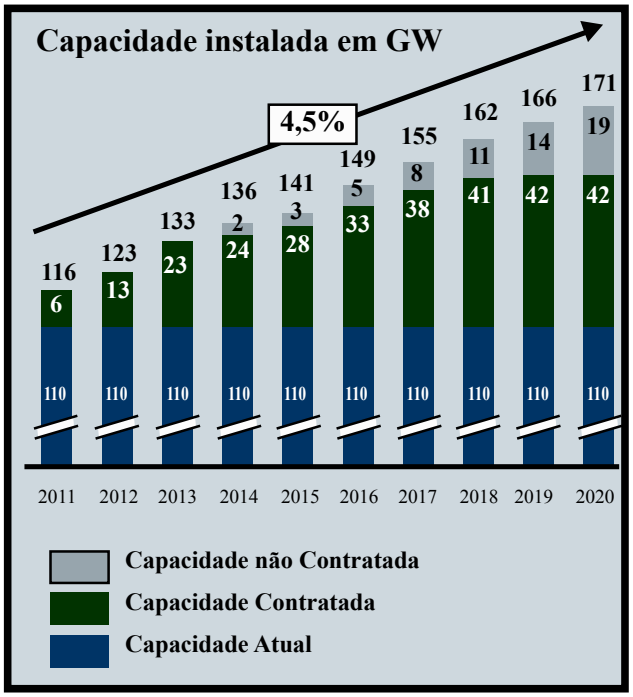
O ranking global da World Economic Fórum, 2010-2011, que analisa a qualidade da infraestrutura em 139 países, coloca o Brasil no 62º lugar, atrás de vizinhos da América do Sul, como o Uruguai, 53º, e Chile, 40º. Em comparação com as regiões que compõem os BRICs, o Brasil só está à frente da Índia, 86º lugar.

O investimento atual do país em infraestrutura é de 2% do PIB, montante insuficiente para dar suporte a um crescimento sustentável. Para alcançarmos o Chile, por exemplo, será necessário destinar 4% do PIB em 20 anos. Para chegar ao terceiro lugar do ranking, ocupado pela Coreia do Sul, temos um desafio ainda maior: investir de 6% a 8% do PIB nas próximas duas décadas.



Que o Brasil precisa aumentar substancialmente os investimentos em infraestrutura nos próximos anos para elevar sua posição na lista não há dúvidas. O setor de energia faz parte desse pacote, entende seu papel na engrenagem do crescimento do país e quer investir. No entanto, as expansões, que aumentariam a confiabilidade do sistema, estão esbarrando em questões mais básicas e cruciais do que se ter ou não capital para investimentos.

De acordo com dados da EPE, apenas em geração é necessário investir cerca de R$ 190 bilhões até 2020 para chegar a um total de 61 GW a mais em capacidade de energia instalada. Esse acréscimo é necessário para atender ao incremento médio anual de aproximadamente 3.200 MWmédios, previsto para o período 2011/2020. Isso quer dizer que o país deve crescer o equivalente à capacidade das duas usinas do rio Madeira (Santo Antonio e Jirau) todo ano, durante a próxima década, para sustentar o desenvolvimento econômico brasileiro.



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 – EPE

Aliado à necessidade de se crescer, há o desafio de repensar algumas questões importantes. Hoje, a principal fonte de energia do país são as usinas hidrelétricas, responsáveis por 75% da capacidade instalada

de geração de energia. Os projetos de novas usinas hidrelétricas localizados na região Norte do Brasil, como Belo Monte, já apresentam características diferentes da maior parte das usinas em operação. As novas usinas sairão do forno e entrarão em operação com reservatórios menores ou fio d'água (sem reservatório), afastadas do centro da carga e com longas linhas de transmissão de energia.

Em termos de potencial energético, o Brasil é um país com características regionais heterogêneas. Possui um sistema integrado, o que representa outro diferencial importante. Vantagem: o sistema é composto por várias linhas de transmissão, interligadas à rede de distribuição. Com essas particularidades, deve-se considerar que a diversificação dos tipos de fontes de energia pode atribuir maior confiabilidade e segurança de suprimento ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

Os estados do Norte e Nordeste concentram hoje os maiores projetos hidrelétricos e uma grande quantidade de projetos eólicos, por conta das características naturais. E São Paulo, principal centro industrial do país? O estado, que consome 35% da carga fornecida pelo SIN, ainda importa 45% da energia elétrica de outros locais, não tem mais capacidade hidrelétrica e não é geograficamente competitivo para eólicas, fatores que tem colocado os projetos de geração paulista em pé de desigualdade em vários ângulos nos últimos anos.

Existem, no entanto, alternativas para o modelo de geração paulista. Termelétricas e usinas de biomassa são viáveis para o estado. As termelétricas a gás natural, por exemplo, que não dependem das leis da natureza, têm várias vantagens. As usinas podem ser alocadas próximas à carga, reduzindo a necessidade de investimentos no sistema de transmissão e, consequentemente, o custo global de geração. A complementação térmica também é importante para abastecer o sistema em períodos de estiagem, em que há uma baixa nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas. Combustível não faltará. Estima-se que a oferta de gás no Brasil passará dos atuais 89 Mm3/dia para 137 Mm3/dia em 2015 e 240 Mm3/dia em 2020.

Para viabilizar a contratação de térmicas no Estado de São Paulo, que depende fortemente do sistema de transmissão para abastecimento local de energia elétrica, é necessário se rever também os modelos de leilão, que hoje não contemplam projetos paulistas. Para se ter uma idéia, das 85 usinas termelétricas em operação nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país somente três estão localizadas em São Paulo.

Uma saída, prevista pela regulação e que garantiria geração de energia próxima ao principal centro de carga do país, é a realização de leilões regionais. A geração térmica local representa um trunfo de extrema importância: reduz, por exemplo, o tempo de recomposição das cargas prioritárias de energia, em eventuais interrupções elétricas, como a ocorrida em novembro de 2009, permitindo maior flexibilidade e redução no tempo de restabelecimento da energia.

Os leilões regionais também podem beneficiar todo o SIN de várias maneiras que não apenas aumentando confiabilidade e segurança de suprimento. O modelo regional aproveita as potencialidades de cada estado, permite aumento da diversificação das fontes e da localização dos empreendimentos, reduzindo investimentos em expansão da rede de transmissão e, consequentemente, contribuindo com a modicidade tarifária. Vantagens para toda a cadeia, do investidor ao consumidor.

Apesar de parecer uma solução pronta e sob medida, o leilão regional ainda precisa ser oficialmente considerado como uma opção para alimentar o crescimento dos investimentos no setor de energia e, ao mesmo tempo, garantir a flexibilidade da própria matriz energética do país.

**** Presidente da AES Brasil.***

Os princípios e os desmandos da Administração Pública.

Sandra Franco e Nina Neubarth***

Os processos administrativos são norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Neste contexto seria lógico dizer que atendidos estes princípios constitucionais estaria o administrado livre das arbitrariedades e abusos cometidos pela própria administração.

No entanto, tais princípios, que serviriam de alicerce a garantia de direitos, não são observados pela administração e acabam distorcidos para melhor atender aos interesses de servidores públicos, que abusam de sua autoridade e função para perseguir e até mesmo levar vantagens sobre os administrados. Isto porque, em muitos casos, nosso ordenamento jurídico deixa brechas de interpretação, capazes de levar a Administração Pública ao exercício arbitrário de seu poder discricionário.O resultado é, paradoxalmente, seu distanciamento do interesse público.

> ***"Constantes são as aplicações de penas irregulares, pelas quais as leis são literalmente ignoradas e a Administração Pública leva dias e até meses para decidir a nulidade do ato."***

Não é raro ver processos administrativos conduzidos sem a observância das normas regentes do processo administrativo, de forma a prejudicar o administrado que fica sem formas de exercer seu direito constitucional da ampla defesa e do contraditório. Como ilustração: um estabelecimento interditado por agentes da Administração Pública sem a observância das normas processuais vigentes torna o auto de infração e até mesmo o auto de penalidade nulos de pleno direito. Ou seja, não se poderia manter o estabelecimento interditado, pois atos administrativos nulos não são capazes de sustentar qualquer pena.

A realidade, porém, não é essa. Constantes são as aplicações de penas irregulares, pelas quais as leis são literalmente ignoradas e a Administração Pública leva dias e até meses para decidir a nulidade do ato.

Lamentavelmente, ainda que caiba ao Poder Judiciário a verificação a regularidade dos atos normativos e de administração do poder público em relação às causas, aos motivos e à finalidade que os ensejam, o tempo para a concessão de um remédio judicial não será menor e nem terá a condão de reduzir o prazo de espera para uma efetiva decisão pela Administração. O que fazer nestes casos? Manter-se sob os desígnios da Administração Pública e arcar com os prejuízos de ver seu estabelecimento interditado? Ou deve-se ficar à espera de um Alvará de Licenciamento ou de Renovação por quanto tempo? Onde está o limite do razoável da burocracia?

Na teoria, inúmeros são os recursos para se garantir os direitos descritos em lei, seja pela via judicial ou administrativa. Contudo, na prática sabemos que não só o tempo é aliado da Administração Pública, a impunidade, o descaso e, muitas vezes, até a própria lei favorece as arbitrariedades dos servidores públicos. São inúmeras as dificuldades em receber indenizações por atos ilegais praticados pela Administração Pública. Todo esse cenário faz com que aos administrados apenas recorram e torçam para ver seus direitos assegurados e livres dos desmandos da Administração Pública.

Não há dúvida da importância da intervenção e da regulação pela Administração Pública no atual modelo do estado brasileiro. Mas a ação administrativa não pode e não deve engessar a economia, a produção de produtos e de serviços importantes na sociedade. Vale lembrar que em atividades exclusivas do estado, não há concorrência: os cidadãos tornam-se reféns de certos serviços prestados pela Administração Pública.

A solução se dá no simples cumprimento e observância aos princípios constitucionais da Administração Pública e no respeito aos cidadãos, de forma a assegurar o interesse social sem desvio de poder ou de finalidade sem o mau uso da máquina pública. São fundamentais a clareza nos atos e observância às normas em sua totalidade, inclusive com a rápida indenização por atos ilegais cometidos pela administração, punindo-se os maus servidores públicos.

** Sandra Franco é consultora jurídica especializada em Direito Médico e da Saúde, membro efetivo da Comissão de Direito da Saúde e Responsabilidade Médico Hospitalar da OAB/SP e Presidente da Academia Brasileira de Direito Médico e da Saúde*
***Nina Neubarth é advogada na Sfranco Consultoria Jurídica em Direito Médico e da Saúde, especialista em Direito Público.*

OMAZ/B

Confiança, Compromisso, Segurança...

Estas palavras ficariam soltas se não houvesse o trabalho de 10 anos dedicados a você e a sua empresa.

10 ANOS

BRANCO
Uma história de sucesso.

brancoconsultores.com.br

ADVOGADOS | CONSULTORES TRIBUTÁRIOS | PERÍCIAS CONTÁBEIS

Responsabilidade social corporativa: uma questão de valores.

*José Haddad**

Adotar, desenvolver e difundir valores éticos continuam gerando bons resultados para a humanidade.

Nascida de um pensamento ético, a Responsabilidade Social Corporativa representa, hoje, uma completa mudança de postura na estratégia de crescimento das Organizações.

As grandes promessas econômicas mundiais, conhecidas pelo grupo de países que compõe o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, ainda possuem sérios problemas sociais e, consequentemente, muitos gargalos para adoção de uma política coerente e contínua na área da Responsabilidade Social Corporativa.

Sempre concordei com a teoria de que não devemos nem podemos deter o desenvolvimento, mas me parece razoável que isso não ocorra a qualquer custo, tampouco através de sistemas baseados puramente em ganhos de capital, que não levam em conta uma automática reparação para danos sociais causados pelos impactos das atividades das Organizações.

Mais do que ser simplesmente assistencialista, a Responsabilidade Social Corporativa é, atualmente, uma ferramenta de gestão para as empresas, possibilitando lucro social, conseguindo que suas ações passem a dar resultados positivos, não só internamente, como para a comunidade de seu entorno.

As empresas que adotam como estratégia de crescimento e melhoria de performance Responsabilidade Social Corporativa exercem uma grande contribuição para diminuição da pobreza, fomentando um novo cenário social, desenvolvimentista.

Existem normas técnicas de certificação em Responsabilidade Social baseadas em práticas responsáveis e eticamente corretas, que uma vez implementadas, geram reconhecimento e credibilidade nas relações com o mercado internacional. São elas: SA 8000 (Social Accountability 8000) e a ABNT NBR 16001, uma norma brasileira.

Preservar indicadores como: sustentabilidade, segurança, saúde, educação, motivação e marketing garantem um planejamento de sucesso para as Organizações.

Alguns ganhos podem ser mensuráveis:

- Redução significativa do turnover. As pessoas se sentem mais estimuladas a continuar na Organização;
- Aumento de produtividade e bem-estar dos colaboradores;
- Facilidade para reter talentos e desenvolver novos talentos. As pessoas gostam de trabalhar em Organizações que buscam padrões de excelência;
- Ampliação do sentimento de inclusão e reconhecimento. As pessoas se sentem mais pertencentes e reconhecidas profissionalmente;
- Melhoria da imagem da Organização para os colaboradores, os clientes, os fornecedores, a sociedade e para o mercado (stakerolders). Isso facilita a política de marketing interno e externo, além de fortalecer a marca;
- Maior credibilidade junto ao terceiro setor facilitando a ação para as comunidades. O terceiro setor passa a identificar a Organização como um agente de desenvolvimento local e passa a ser um cooperador no processo;
- Aumento no nível de competitividade da Organização junto ao mercado;
- Diminuição de afastamentos por enfermidades e diminuição dos acidentes de trabalho;
- Com a política da boa vizinhança sendo priorizada, a comunidade no entorno passa a valorizar aquela Organização.

Independente de que Organização seja ela - de pequeno, de médio ou de grande porte - a ética nos negócios sempre trará bons resultados e cabe aos dirigentes todo um esforço próprio para gerarem valores sociais que definirão padrões de igualdade corporativa e comunitária, que a maioria de nós quer ver um dia estabelecidas no mundo. Assim, ganharemos todos, em valores reais.

** Coach executivo. Consultor e palestrante nas áreas de desenvolvimento pessoal e profissional.*

Instituto Ethos e a sugestão da lei de corrupção para pessoa jurídica.

Para responsabilizar as empresas por crimes de corrupção e melhorar o ambiente das relações entre o setor público e privado, foi lançado em 2006 o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos, Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Fórum Econômico Mundial e do Comitê Brasileiro do Pacto Global.

O manifesto que apoia principalmente a aprovação do Projeto de Lei 6.826/2010, que institui a responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos ilícitos praticados contra a Administração Pública nacional ou estrangeira, é fundamental para que o Brasil avance na agenda da promoção da integridade e do combate à corrupção e, sobretudo, para que empresas encontrem um ambiente mais favorável à ética nos negócios.

Atualmente mais de 250 empresas brasileiras, públicas e privadas de diferentes segmentos, assumiram o compromisso, de acordo com as signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que, de acordo com o Instituto Ethos são: divulgar e orientar seu público interno quanto à legislação vigente; divulgar e orientar a todos os seus públicos sobre princípios legais aplicáveis às suas atividades; vedar o suborno; contribuir de forma transparente e lícita a campanhas eleitorais (caso sejam financiadoras); propagar princípios do Pacto entre seus públicos; realizar investigações abertas e transparentes (caso necessário) e promover os valores de transparência junto à cadeia produtiva.

Segundo o Instituto Ethos, “a aprovação do PL representa o ajuste definitivo do Brasil em relação à Convenção da OCDE contra o Suborno de Funcionários Públicos em Transações Internacionais, à Convenção das Nações Unidas e à Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA) no concernente à responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção contra a Administração nacional e internacional”.

As empresas EDP Energias do Brasil, AES Eletropaulo, Etika Consultoria, L&C Empreendimentos de Lazer, Petrobras, Porto Contábil e Yázigi são algumas empresas signatárias do manifesto.

Desenvolvimento sustentável: a importância do financiamento bancário e do desenvolvimento das cadeias produtivas.

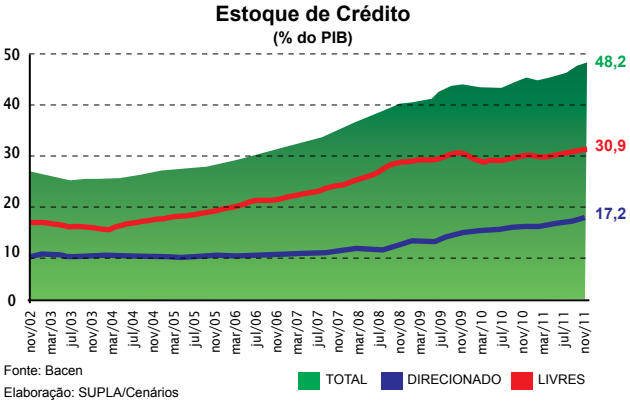
*Eugenia Regina de Melo**

A economia brasileira está no caminho certo. Esta afirmação tem sido reconhecida em todo o mundo, afinal, mesmo após a crise global em 2008 e o complicado momento pelo qual passam importantes nações européias, o PIB – Produto Interno Bruto- brasileiro continua crescendo, o mercado consumidor interno está mais maduro e as empresas seguem investindo.

A sustentabilidade do cenário econômico positivo vivenciado pelo país está diretamente ligada à continuidade da produção competitiva, ao desenvolvimento das cadeias produtivas e à geração de emprego e renda, fatores estes, por sua vez, diretamente ligados à capacidade de realização de investimentos e à garantia de financiamento em condições adequadas à necessidade apresentada.

Desde o início de 2003, quando a relação crédito/ PIB no Brasil se encontrava no ponto mais baixo da queda iniciada com o Plano Real, o volume de crédito contratado no SFN- Sistema Financeiro Nacional- vem apresentando uma clara tendência de crescimento, mesmo nos períodos de menor dinamismo da economia ou de taxas de juros mais elevadas.

Em consequência, o crédito, que representava menos de 25% do PIB no início de 2004, passou para 47,5% do PIB em novembro de 2011. Apesar do crescimento intenso, a expectativa atual é a de que o crédito continue em expansão nos próximos anos. Para o Banco Central, a relação crédito/ PIB deverá encerrar 2012 no patamar de 51%. Depois de ser impulsionado pelo crédito livre, em especial às pessoas físicas, o crédito encontrou mais recentemente, no segmento direcionado, um novo motor para o crescimento. O início dessa nova fase expansionista coincide com a implantação das primeiras ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e foi potencializada pela intervenção governamental para garantir a oferta de crédito no momento em que a crise internacional fez escassear os recursos ofertados pelo setor financeiro privado.



A aplicação dos recursos pelos bancos públicos obedece a uma lógica particular e busca alinhar-se aos objetivos governamentais, privilegiando os setores ligados à infraestrutura logística e energética, necessária para sustentar o crescimento do País, estimulando a eficiência produtiva, favorecendo a modernização tecnológica e aumentando a competitividade e integração do Brasil no cenário mundial. Busca-se, ainda, ajudar a superar gargalos econômicos, reduzindo as desigualdades regionais e sociais.

Tem-se hoje forte consciência sobre a importância do setor de Petróleo, Gás e Indústria Naval – setores estes fortemente dependentes da organização de cadeias produtivas e, por consequência, do estabelecimento de adequadas condições de financiamento para a promoção dos investimentos necessários. As necessidades financeiras de tais setores vão além das fontes de crédito ligadas ao governo, gerando uma intensa demanda por recursos financeiros de mercado.

O Programa PROGREDIR, coordenado pela PETROBRAS, em parceria com os seis maiores bancos do país, é um exemplo de como as grandes corporações podem influenciar positivamente a competitividade de seus fornecedores. Entrando em sua fase operacional em junho de 2011, o PROGREDIR já promoveu aplicações de mais de R$ 1 bilhão, por meio dos bancos participantes – gerando redução média de 30% no custo das operações de antecipação de contratos firmados entre a PETROBRAS e seus fornecedores.

Setores ligados à infraestrutura e em especial petróleo, gás e indústria naval, tendem a ser os indutores do contínuo crescimento da economia brasileira, que somente será efetivo se a cadeira produtiva estiver apta a entregar serviços e materiais, de forma competitiva e ordenada.

Considerando a expansão dos recursos disponíveis para crédito adequado, seguro e perene, a tendência que se pode vislumbrar é a de que os setores de infraestrutura, petróleo e gás, continuem a desempenhar um papel destacado na demanda por crédito, contribuindo positivamente para que a economia brasileira siga aquecida e sustentável.

**** Superintendente Regional da CAIXA.***

PPF Brazil
Contadores
www.ppfbrazil.com.br

O Brasil, a Apex e o Oriente Médio.

O mercado do Oriente Médio, que inclui países como a Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes tem se tornado mais atrativo para a internacionalização de empresas brasileiras. Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), em 2010, passou da sétima para a quinta posição entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, com uma participação de 5,2% (US$ 10,5 bilhões) nas exportações brasileiras. Do total, 75% das vendas foram para Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos. Somente a Arábia Saudita concentrou 30% das exportações brasileiras para o Oriente Médio nos últimos 30 anos. Ainda segundo a agência, os dados levantados mostram que as exportações brasileiras para o Oriente Médio devem mater um ritmo crescente até 2014, quando a taxa de crescimento deverá chegar a 22%.

A Arábia Saudita está localizada estratégicamente no cruzamento do comércio leste-oeste e é a maior exportadora de petróleo bruto e de gás natural líquido (NGL) do mundo, com a "Saudi Arabian Oil Company", ou Saudi Aramco, companhia petroleira. Suas reservas de petróleo somam 25% do mundo e é o maior livre mercado econômico do Oriente Médio. Por isso, recebe investimentos em projetos relacionados ao consumo de energia e fornece com o menor dos preços a nível mundial. Além disso, possui recursos naturais na mineração e oferece fácil acesso aos mercados europeu, asiático e africano.

Os Emirados Árabes são o terceiro produtor regional de petróleo, somente atrás da Arábia Saudita e do Irã. As exportações de petróleo representam cerca de 20% do PIB. Com a diversificação da economia, Dubai, por exemplo, tornou-se um dos destinos turísticos mais procurados e uma das regiões mais ricas do mundo. Assim, é um importante ponto para as indústrias de serviços e oferece oportunidades de negócios para os investidores em diversos setores, tais como: transporte e distribuição, fabricação ou sede de escritórios regionais, assim como a Apex-Brasil, que mantém um centro de negócios na região. Lá, a agência oferece serviços de inteligência comercial, apoio ao estabelecimento local e a promoção, incluindo identificação de soluções de financiamento e de investimento, além de apoio nas relações institucionais e governamentais. "Há uma alta concentração de renda na região, com vários nichos de oportunidade", ressaltou o gerente Sidney Costa, destacando também os diversos projetos imobiliários, tanto da iniciativa privada quanto governamental em países da região.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

As exportações brasileiras crescem em um ritmo acelerado no mundo todo. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) o saldo da balança comercial brasileira em 2011 chegou a US$ 29,7 bilhões e apresentou crescimento de 47,8% sobre o ano anterior. O resultado apresentado é o maior desde 2007, quando foi de US$ 40 bilhões. No ano passado, as exportações brasileiras somaram US$ 256,041 bilhões, aumento de 26,8% sobre o resultado do ano anterior.

Os principais países de destino das exportações em 2011 foram: China (US$ 44,3 bilhões), Estados Unidos (US$ 25,9 bilhões), Argentina (US$ 22,7 bilhões), Países Baixos (US$ 13,6 bilhões) e Japão (US$ 9,5 bilhões). Já os maiores mercados fornecedores para o Brasil no ano foram: Estados Unidos (US$ 34,2 bilhões), China (US$ 32,8 bilhões), Argentina (US$ 16,9 bilhões), Alemanha (US$ 15,2 bilhões) e Coréia do Sul (US$ 10,1 bilhões).

Coaching executivo.

Lançado pela editora **Campus/Elsevier**, o livro Coaching Executivo – Uma Questão de Atitude, de Vicky Bloch, Luiz Visconte e João Mendes de Almeida é uma espécie de guia com critérios para que as organizações, executivos e coaches possam verificar se estão aplicando ou recebendo o recurso adequado. Destina-se a todos aqueles que vão escolher e contratar um coach executivo, bem como àqueles que podem atuar como coaches ou, ainda, para os que têm interesse em se aprofundar na discussão dos objetivos e resultados dessa atividade tão fascinante e propulsora de mudanças.

O coaching executivo é uma atividade em ebulição em todo mundo, com capacidade para conectar as necessidades individuais com o desempenho empresarial. Mas, como todo mercado crescente, abriga muitas confusões conceituais e dá espaço para aventureiros se misturarem aos profissionais sérios. A obra ajuda a desfazer a confusão que ainda cerca a prática e a finalidade do coaching executivo no Brasil e também mostra como esse rico processo pode ajudar os profissionais da área a gerenciar complexidades e mudanças em suas carreiras e nas empresas em que atuam. Casos reais e exemplos práticos enriquecem os conceitos cuidadosamente amarrados pelos autores.

Escrito por alguns dos mais respeitados coaches do país, o livro traz, ainda, depoimentos de empresários e executivos de primeiro escalão que participaram do processo, endossando a capacidade de mudança que essa atividade pode exercer sobre indivíduos e organizações. Dentre eles estão: Alexandre Silva (GE), Pedro Parente (Bunge), Eduardo Bom Angelo (Fecap), Petros Katalifos (Siemens), Wagner Brunini (Basf), Adriano Lima (Itaú), Nelson Sirotsky (RBS) e Jairo Campos (Duke Energy).

"O coaching surgiu como um fenômeno mundial e crescente, capaz de conectar as necessidades individuais com o desempenho empresarial. Para atender essa demanda ascendente, calcula-se que existam mais de 40 mil coaches no mundo, sendo que somente no Brasil encontram-se pelo menos mil profissionais atuando nesta função", informam os autores.

LIVRARIA PREFÁCIO, LUGAR ÚNICO

LIVRARIA
BISTRÔ
BAR
CAFETERIA
GALERIA DE ARTE

Rua Voluntários da Pátria, 39 - Botafogo
(ao lado do metrô)
Rio de Janeiro - RJ

Fone: (21) 2527 5699
livrariaprefacio@prefaciolivrarias.com.br
www.prefaciolivrarias.com.br

Lei Rouanet faz 20 anos com R$ 9,1 bilhões investidos na cultura.

*Rosiene Assunção, Neila Baldi e Marcelo Lucena**

Data é marcada pela expectativa da aprovação de um novo texto, o Procultura

No último mês de dezembro a Lei nº 8.313 /91, conhecida como Lei Rouanet, completou 20 anos de existência. Em duas décadas, por meio de renúncia fiscal, o Ministério da Cultura apoiou 31.125 projetos, investindo R$ 9,1 bilhões (dados até 22/12/11). Neste período, ao mesmo tempo em que aprimorou a lei - com diversas instruções normativas - o MinC também buscou propor uma nova legislação, após amplo debate com a sociedade.

O projeto de lei do Procultura (PL 6.722/10) encontra-se na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação. A expectativa é que seja aprovado no próximo ano.

"A cultura se desenvolveu tanto que já não cabe na lei atual, em dimensão e em diversidade", diz Henilton Menezes, secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC.

CONCENTRAÇÃO: SUDESTE E CÊNICAS

Segundo ele, o modo como a lei atual foi desenhado acabou por concentrar recursos em segmentos culturais – naqueles cuja renúncia chega a 100% – e em regiões que são pólos econômicos, sobretudo o eixo Rio-São Paulo, que detém a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. "A nova lei tem de buscar a correção destas distorções", avalia Menezes.

No ano passado, por exemplo, dos R$ 1,16 bilhão captado, 77% ficaram no Sudeste, enquanto o Norte do país ficou com apenas 2,3%. Em 20 anos, 67,3% dos projetos que conseguiram captar recursos da lei tiveram origem nesta região. Assim como houve concentração em uma das regiões brasileiras, o mesmo ocorreu nos segmentos culturais. Em 20 anos, as Artes Cênicas foram as que mais tiveram projetos (6.704) com captação de recursos, enquanto a área de Artes Visuais foi a com menor quantidade (2.324).

Menezes explica que a lei atual continuará sendo aperfeiçoada – em janeiro o MinC deve publicar nova IN com algumas mudanças – até o Procultura entrar em vigor. Depois de a nova lei ser sancionada, o MinC tem 180 dias para regulamentá-la. "Aperfeiçoamos uma, enquanto paralelamente discutimos a outra", diz. Na sua avaliação, a transição entre uma e outra lei deverá levar entre três e cinco anos, em razão da quantidade de projetos em execução, cerca de 12 mil.

ÚNICA BALA

Quando a lei foi criada, em 1991, o Ministério da Cultura havia sido extinto e se transformado em uma secretaria – assim como outras instituições. O investimento em cultura, por meio de renúncia fiscal, era praticamente a única política de Estado para a área. No primeiro ano da existência da lei foram apresentados 32 projetos culturais e 11 autorizados a captar recursos. Não houve captação de recursos pelos projetos em 1992. No ano seguinte, em 1993, conseguiram captar recursos apenas dois projetos culturais, no valor total de R$ 21.212,78.

Com o governo Lula, a partir de 2003, e a ampliação do conceito de cultura – considerada sob três dimensões (cidadã, simbólica e econômica), houve um boom de investimento no setor, pois o espectro das áreas passíveis de receberem investimento com renúncia fiscal aumentou. No primeiro ano do governo Lula, por exemplo, foram captados R$ 430,8 milhões. No ano passado, o volume chegou a R$ 1,16 bilhão.

PROCULTURA: MELHOR DISTRIBUIÇÃO

Menezes diz que há um sentimento, errado, de que a lei deveria atender apenas aos pequenos – o que não está escrito em seus objetivos. "A lei é para todos, o que deveria haver é uma pontuação de que ganhasse mais renúncia fiscal aquele que desse maior retorno à sociedade", avalia.

Segundo ele, a proposta do Procultura é que, para diminuir as distorções atuais, o percentual de renúncia não seja por segmento cultural e, sim, por um sistema de pontuação, cujos critérios poderiam ser gratuidade, realização das ações em vários estados (e não apenas no estado de origem do recurso), promoção de formação continuada, possibilidade de troca de experiências e outros critérios que promovam retorno a todos os brasileiros. Ou seja, quanto maior o impacto no meio cultural, maior será o incentivo oferecido pelo governo.

Desde modo, conseguiria a renúncia de 100% aqueles que tivessem uma pontuação alta. Assim, quanto menos pontos, menor também seria a renúncia – independente do segmento cultural. Com isso, segundo Menezes, não só haveria uma melhor distribuição por segmentos e regiões, mas também uma possibilidade de apresentação de projetos que irão ao encontro da demanda da sociedade brasileira.

Ele cita como exemplo um espetáculo, que pode ser levado a regiões de difícil acesso, que tenha tradução em libras (a linguagem dos sinais) ou audiodescrição, que culmine com debates em escolas. Ou seja, que não fique restrito ao circuito corriqueiro de uma produção cultural.

Os critérios de pontuação estão sendo discutidos no Congresso Nacional – há aqueles que acreditam que devam estar na lei e outros, que devem ser normatizados pelo MinC.

REFORÇO DO FUNDO

Outra mudança proposta com o Procultura é que um percentual da renúncia fiscal componha o Fundo Nacional da Cultura (FNC), de modo que o Ministério da Cultura pudesse então investir anualmente em projetos ligados às prioridades da política cultural. Em 2011, por exemplo, o FNC - sem este recurso - não ultrapassou os R$ 300 milhões, enquanto a Lei Rouanet investiu R$ 1,35 bilhão.

Menezes explica que, teoricamente, quando a lei foi criada, o FNC atenderia aos projetos que não conseguissem ser contemplados pela renúncia fiscal. No ano passado, o que foi captado pelo incentivo fiscal atendeu apenas 24,61% de toda a demanda brasileira por esses incentivos, que atingiu o montante de R$ 4,7 bilhões. Nesse mesmo ano, o MinC recebeu 10.256 ações em busca de recursos, vindas de todos os estados brasileiros.

O secretário lembra ainda que, só ano passado, a renúncia fiscal brasileira somou R$ 77 bilhões e apenas R$ 1,16 bilhão foi para a cultura. Ele acrescenta, ainda, que a Lei Rouanet é o mais transparente mecanismo de incentivo fiscal do Brasil. Todos os projetos são públicos, o processo de análise tem participação ativa da sociedade, o acompanhamento é feito pelo MinC durante a realização das ações e a prestação de contas é obrigatória para aqueles que recebem o incentivo. Além disso, todos os números estão à disposição de qualquer brasileiro, em qualquer lugar, pois estão na página eletrônica do ministério, para consulta pública.

EVOLUÇÃO DA LEI

Ano	Projetos apresentados	Projetos aptos a captar	Captação em projetos	Captação R$
1º ano (1992)	32	11	0	0
5º ano (1997)	3.781	2.773	735	207.949.307,41
10º ano (2001)	3.972	2.390	1.215	368.049.587,03
15º ano (2006)	7.763	6.533	2.927	852.711.246,87
20º ano	7.473	8.375*	2.539	769.363.048,45

* INCLUEM PROJETOS APRESENTADOS NO ANO ANTERIOR

** Assessores de Comunicação do Ministério da Cultura.*

Diferenças de depreciação de novas regras contábeis não geram efeito fiscal.

*Carolina Zimmer**

Desde 2002 sem manifestar entendimentos por meio de pareceres normativos, a Receita Federal publicou, no dia 09/08/2011, o Parecer Normativo nº 1 de 2011, versando sobre o tratamento tributário a ser dispensado às diferenças de cálculo da depreciação de bens do ativo imobilizado em virtude da aplicação do art. 183, §3º, da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), modificada por conta das Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, que alteraram substancialmente os métodos de contabilização utilizados pelas empresas, com o objetivo de aproximar a forma de registro contábil adotada no país às regras internacionais.

Diante das diversas dúvidas suscitadas pelos contribuintes em relação à neutralidade fiscal introduzida pelo Regime Tributário de Transição (RTT), o Fisco Federal resolveu por bem firmar seu entendimento sobre esse assunto.

O parecer deixa claro que as diferenças entre a depreciação calculada com base nos métodos vigentes antes das alterações da Lei Societária (em 31/12/2007) e aquela registrada com base na vida útil econômica estimada, visando atender às novas regras contábeis, não devem ser oferecidas à tributação enquanto o RTT estiver em vigor.

Além disso, é importante ressaltar que os ajustes não devem ser lançados diretamente no LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), por falta de autorização legal expressa para este procedimento. As diferenças de depreciação encontradas devem ser informadas via FCONT (Controle Fiscal-Contábil de Transição), para então serem ajustadas, de forma específica, no LALUR.

Embora inicialmente se pretendesse que o RTT fosse um instituto provisório, é obrigatório desde 2010, tendo sido criado com a finalidade de regular as relações jurídico-tributárias no âmbito do Imposto de Renda e das Contribuições Sociais, enquanto não promulgada lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

** Advogada da área tributária do escritório Peixoto e Cury Advogados.*

Veja aqui as empresas que apoiam a Revista IBEF:

ALE, ANP, Banco Alfa, Banco UBS - Pactual, Banco do Brasil, Bic Banco, BNDES, Bradesco, Branco Consultores, Brasil Veículos, CCR, Caixa Economica Federal, Canal Futura, Central 24 Horas, CPFL, Comasa Construtora, Domínio Assessores, Eletrobras, Eletronuclear, Costa Porto, Ficap, Gaia-Silva-Gaede Advogados, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Granado, Grupo Pão de Açúcar, Hotel do Frade, Hotel Fazenda Galo Vermelho, Hotéis Othon, Ibeu Corporate, IBMEC, IBP, Ipiranga, Liarte Metalquímica, Light, Mapfre Seguros, Motta-Fernandes Rocha Advogados, Mongeral Aegon, Multiterminais, Oi, Petrobras, Pinheiro Neto Advogados, PwC, PPF Brazil, Quattor, Repsol, Souza Cruz, Sul América, Suzano, TBG, Trem do Corcovado, Uniodonto e Vale.

ANUNCIE na Revista IBEF: e.cantidiano@openlink.com.br - Tel.: (21) 9619-0771

Pedido de marca no INPI: direitos estão garantidos?

*José Oliveira de Resene**

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é o órgão governamental que possui a função primordial de executar as leis que regulam a propriedade industrial, sempre considerando o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Esta atuação se dá mediante - dentre outras formas – com a concessão de registro de marca e repressão à concorrência desleal.

Mas, apesar de todos os trâmites necessários e impostos pelo INPI, os direitos do depositante da marca estão garantidos?

Antes de tudo, é importante explicar que a marca tem a finalidade de distinguir a mercadoria ou serviço que assinala de outros idênticos ou semelhantes, originários de fonte diversa. Ainda, é o meio que permite ao público consumidor identificar o produto ou serviço que mais lhe agrada.

Por reiteradas vezes o INPI pede a atenção dos requerentes para o fato de que quanto mais inovadora a marca, maior a chance de ser concedido o registro. Assim, sinais com termos muito utilizados e, portanto, de uso comum, encontram um risco maior de serem indeferidos.

Com o advento da era da informática, muitos órgãos públicos buscaram formas mais eficientes para atingir e responder rapidamente aos anseios da "imediata" sociedade atual. Neste sentido, o INPI vem, ao longo do tempo, simplificando os modos de pleitear os direitos de propriedade industrial, principalmente no âmbito de marcas.

Para tanto, foi recentemente inaugurado um novo sistema, denominado "e-Marcas 2.0". Através deste novo método, o interessado poderá, sem a ajuda de um profissional habilitado, requerer diretamente a proteção de uma marca que identifica sua atividade, bem como o direito de uso exclusivo em todo o território nacional.

Apesar de toda a facilidade aparente do sistema, muitas vezes chegam até nós, advogados, consultas dos próprios interessados em marcas que sequer observam os requisitos mínimos para um pedido perante o INPI. Por exemplo, em alguns casos o requerente se limitou a efetuar uma busca de anterioridades de marcas no banco de dados do INPI, apenas na "forma exata", não considerando as variações do sinal, ou até mesmo uma forma de busca mais ampla utilizando o "radical" da expressão, disponível na própria ferramenta de consulta do site do INPI.

Vale dizer que o requerente do processo de marca tem assegurado o direito de ceder seu pedido, licenciar seu uso, bem como zelar pela sua integridade material ou reputação. Neste sentido, poderá inclusive notificar terceiros que estejam utilizando marca idêntica sem autorização, semelhante ou parecida com aquela que pleiteia o registro, seja para resguardar seus direitos ou prevenir responsabilidades.

Há quem defenda a tese de que uma vez acionado o Judiciário, ainda quando o objeto da lide se tratar de uma marca requerida, a prestação jurisdicional deve ser equivalente como se pleiteasse os direitos de um registro, considerado sempre o conjunto de elementos comprobatórios de que se trata de evidente caso de concorrência desleal.

Caso assim não seja, é inegável que o direito do depositante de marca é também a possibilidade de zelar pela sua reputação, evitando assim danos materiais muitas vezes incalculáveis. A este episódio, dentre outros, a justiça não pode simplesmente deixar de adotar medidas urgentes e necessárias.

Isto se justifica porque o requerente não pode ser penalizado pela longa demora em ter assegurado os

direitos propícios do registro de marca. Seria como se sentir de mãos amarradas, injustiçado, observando sua criação ser objeto de aproveitamento parasitário, tudo diante da negativa do Estado.

Não se pode negar ainda que a garantia dos direitos dos bens móveis da seara da propriedade intelectual contribuem também para o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Em suma, em um mercado cada vez mais disputado a demora da concessão do registro ou na prestação jurisdicional, não considerando, portanto, a existente fumaça do bom direito, pode desencorajar não só os nacionais, como também os investidores estrangeiros que contribuem na consolidação de uma forte e respeitada economia.

Ainda, a solicitação de registro de marca sem a observância dos requisitos mínimos ou auxílio de um profissional que dê o apoio necessário, logo após a escolha do sinal, pode provocar uma frustração sem precedentes, com a possibilidade de não possuir qualquer expectativa de direitos.

É o que ocorre ordinariamente. Isto porque desde o depósito da marca até a tão almejada concessão de registro, dentre outras precauções, deve haver o acompanhamento semanal das publicações dos atos oficiais do INPI, através da Revista da Propriedade Industrial. Isto porque havendo uma exigência do instituto ou uma medida de terceiro supostamente lesado, sem a devida manifestação, a chance de êxito diminuirá drasticamente. Ou seja, vale dizer que aqui também "o direito não irá socorrer quem dormir".

Advogado de Propriedade Intelectual e Contratos no escritório Kurita, Bechtejew & Monegaglia Advogados

Expediente

IBEF Rio - *Criado em 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, O IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças é uma entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, sem fins lucrativos, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.*
Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Telefone: (021) 2282-1233 - www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2011/20013 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Theóphilo de Azeredo Santos*

Vice-Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Membros - *Henrique Luz, João Carlos França de Luca, José Carlos Monteiro, Luiz Leonardo Cantidiano, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo E. Vieira Coelho e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente
Roberto Lima Netto

Diretor -Executivo
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Severino José da Silva*

Membros e Suplentes - *Antonio A. B. de Andrade, João Carlos Reichmann Mader , Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
+Mara Iglesias
comunicacao@ibefrio.org.br

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação
arte@reddesign.com.br

Fotos
Capa: Digna Imagem - Clóvis Ferreira
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 9619-0771

Distribuição
Simone Lira
administraca@ibefrio.org.br

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Menos tempo, mais ação.

*Maurício Girardello**

O prazo para realizar as obras nos aeroportos brasileiros em condições ideais para atender às demandas da Copa do Mundo de 2014 expirou. Não há mais tempo para oferecer aos atletas, jornalistas e turistas estruturas e serviços exemplares. No entanto, há tempo para fazer os ajustes para recebê-los bem e avançar para atingir o ideal em longo prazo. Para isso, precisamos de um plano de ação, com medidas rápidas e assertivas.

O tempo exíguo não pode ser paralisante e deve, ao contrário, impulsionar uma avaliação das necessidades dos aeroportos das cidades-sede da Copa. Assim, podemos definir prioridades para cada um deles, além de reforçar a articulação entre todos os agentes do setor aeroportuário e da organização da Copa para obter soluções.

Um levantamento feito pela PwC indica que praticamente todos os aeroportos brasileiros estão acima da capacidade. Em relação aos terminais, os serviços mais sobrecarregados são os de check in, para quem vai partir; e o de recuperação de bagagem, para quem chega.

O terminal de Porto Alegre é o mais caótico. Há dois anos, seu check in já atendia o dobro de passageiros que comporta. No serviço de recuperação de bagagem, o volume de passageiros atendidos era de três vezes e meia a capacidade do aeroporto.

Em Guarulhos, desde 2010, o check in e a recuperação de bagagem operavam acima dos 100% de capacidade. Embora o excesso operacional do aeroporto paulista não seja tão proeminente quanto o do gaúcho, o impacto de Guarulhos na percepção da insuficiência dos serviços aeroviários brasileiros é mais representativa, já que tem o maior fluxo de passageiros do país.

Também estão sobrecarregados os terminais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia etc., tornando evidente que a situação é insustentável. Os aeroportos precisam de obras de urgência, a maioria destinada à melhoria de serviços de atendimento de passageiros nos terminais, mas também há necessidade de obras em pistas de pouso e decolagem, em torres de controle, terminais de passageiros e em aparatos relacionados ao tráfego aéreo. O importante, entretanto, é verificar o que se pode realizar, definir como fazê-lo e executar os planos.

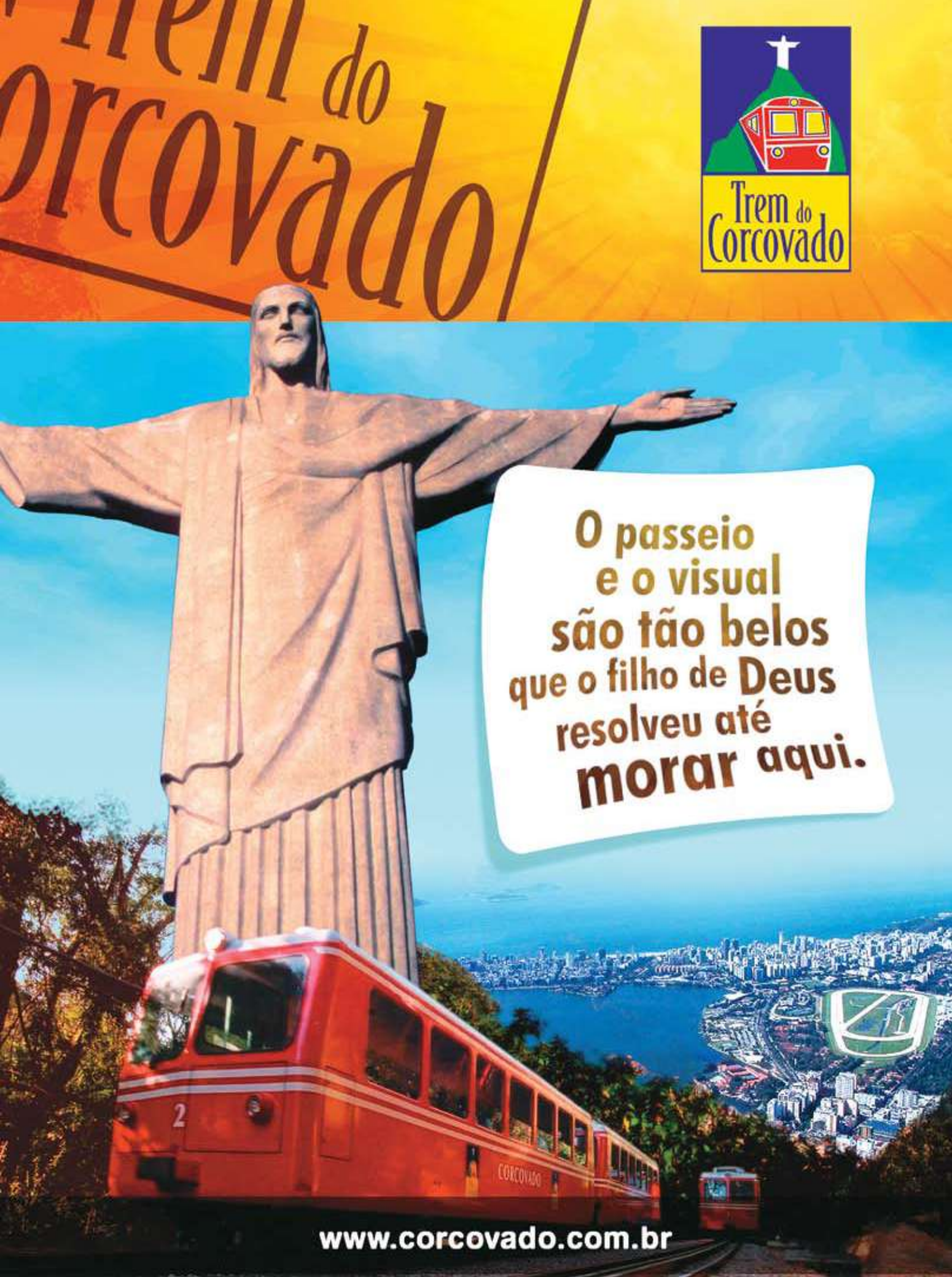
Todas essas ações emergenciais devem estar concatenadas com uma projeção de longo prazo, baseada na ideia de que os aeroportos são para uso dos brasileiros e para sempre, e não atreladas à visão de que estão sendo reformados para os turistas, jornalistas e atletas internacionais apenas para serem usados durante a Copa.

Nesse sentido, a meta do governo federal de privatizar a gestão dos aeroportos é bem-vinda, pois planeja e cria condições para que o país tenha um sistema propenso a dar continuidade aos investimentos no setor aeroviário.

Porém, essa questão não pode ser a única prioridade, ante a premência de soluções necessárias. Afinal, apresentar uma infraestrutura de transporte aéreo eficaz durante a Copa do Mundo é essencial para o país confirmar que seu crescimento econômico se traduz em desenvolvimento.

Isso requer ação, assertiva e célere: um verdadeiro drible no tempo.

**Sócio da PwC-Brasil e líder da área de megaprojetos de infraestrutura.*


Trem do Corcovado
Trem do Corcovado
O passeio e o visual são tão belos que o filho de Deus resolveu até morar aqui.
CORCOVADO
www.corcovado.com.br

AVAYA
BusinessPartner

SUA SOLUÇÃO EM CONTACT CENTER E TELECOM

QUALIDADE + BOM ATENDIMENTO = **FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE**

A Central 24 Horas faz muito mais que um simples atendimento. Nós cuidamos das necessidades do seu cliente: SAC, pesquisas, venda e pós-venda, cobrança e outros serviços por telefone e via web.

Também implantamos soluções avançadas de comunicação para a sua empresa: telefonia tradicional, híbrida ou IP. Entre em contato para conversarmos sobre soluções sob medida para a sua organização.

central 24 horas

www.central24horas.com.br
comercial@central24horas.com.br
(21) 3512 1226